

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE HISTÓRIA

VIDA E COMBATE EM CAMPANHA:  
AS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELO COTIDIANO DAS  
TROPAS BRASILEIRAS DURANTE A GUERRA DO  
PARAGUAI (1864 – 1870)

NATAL (RN)  
2002. \

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE HISTÓRIA

VIDA E COMBATE EM CAMPANHA:  
AS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELO COTIDIANO DAS  
TROPAS BRASILEIRAS DURANTE A GUERRA DO  
PARAGUAI (1864 – 1870)

ANTÔNIO ROBERTO DE OLIVEIRA

NATAL (RN)  
2002

ANTÔNIO ROBERTO DE OLIVEIRA

VIDA E COMBATE EM CAMPANHA:  
AS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELO O COTIDIANO  
DAS TROPAS BRASILEIRAS DURANTE A GUERRA DO  
PARAGUAI (1865 – 1870 )

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II,  
ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de  
História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a  
orientação da Professora Maria Emília Porto Monteiro

Natal (RN)  
2002

## AGRADECIMENTOS

A minha esposa e filhas pelo carinho e compreensão durante esta dura jornada

Aos professores do Curso de História da UFRN, pelo conhecimento partilhado, em especial a Professora Maria Emília por ter aceitado de bom grado a tarefa de me orientar neste trabalho.

Aos amigos, companheiros de curso, pelos momentos alegres e difíceis que compartilhamos nesses últimos quase cinco anos.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
<b>1. O CONTEXTO DA GUERRA DO PARAGUAI: RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUL-AMERICANAS E A DINÂMICA DA GUERRA ...</b>	<b>10</b>
1.1. A dinâmica da guerra .....	12
<b>2. AS FORÇAS MILITARES DO IMPÉRIO ANTES DO CONFLITO .....</b>	<b>18</b>
<b>3. AÇÃO IDEOLÓGICA DO IMPÉRIO: GUERRA E SOCIEDADE .....</b>	<b>21</b>
3.1. Motivações para a guerra .....	29
<b>4. VIDA E COMBATE EM CAMPANHA .....</b>	<b>34</b>
4.1. Padrões dentro dos quais se deu a guerra .....	34
4.2. Cotidiano da guerra .....	36
<b>5. O “TRANSTORNO DAS CLASSES”:O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA .....</b>	<b>39</b>
5.1. O exército e os escravos .....	39
5.2. O exército e as camadas médias .....	43
5.3. Dilemas no seio do Exército em formação .....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>52</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai foi o mais longo e sangrento conflito militar ocorrido na história da América do Sul, envolvendo na luta a Tríplice Aliança formada pelo Império do Brasil e as Repúblicas da Argentina e Uruguai contra a República do Paraguai. Foi o conflito em larga escala de maior duração no continente americano, superando inclusive a guerra de secessão nos Estados Unidos. Sua duração foi de quase seis anos, de 11 de novembro de 1864, com a apreensão do vapor Marquês de Olinda pelos paraguaios, a 1 de março de 1870, com a morte de Solano Lopes às margens do rio Aquidabã em Cerro Cora. Este fato materializa a derrota do Paraguai, o qual já se encontrava nesse momento com todas suas estruturas sociais e econômicas completamente destruídas. Ao Império Brasileiro, além da vitória, restaram enormes dívidas devido à longa duração da guerra e a evidência das contradições presentes em seu seio, que iriam leva-lo à ruína alguns anos depois.

As operações de guerra se deram em dois teatros de operações distintos, o Mato Grosso e ao longo dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Mobilizou, das sociedades nela envolvidas, recursos humanos e materiais numa escala nunca antes vista, durante todo o conflito mais de cem mil soldados estiveram em operações, em sua primeira fase o número total estaria em torno de 15 000. No restante do conflito, em seu teatro de operações principal o rio Paraguai, o contingente total das forças empregadas esteve sempre em torno de 60 000 soldados, a Tríplice Aliança esteve sempre com superioridade numérica (sendo que o efetivo do exército Brasileiro era majoritário em torno de 2/3 do total). O Exército do Paraguai, que no principio da guerra contava com cerca de 80 000 homens, teve o seu efetivo abruptamente diminuído no transcorrer da guerra.<sup>1</sup> As perdas humanas no transcurso da guerra foram enormes, Ao final da guerra o Paraguai havia perdido 95% de sua população masculina, pois a mobilização para a guerra envolveu praticamente todo o conjunto de sua população masculina, com idade superior a 10/12 anos e inferior a 60. De acordo com as estimativas o número de mortes variam entre 500 000 e 1 000 000 durante todo o conflito, entre civis e militares.

---

<sup>1</sup> Ricardo Salles, Guerra do Paraguai : Escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

As perdas uruguaias foram praticamente irrelevantes em relação à sua população, apesar do mesmo ter sido o estopim da guerra, <sup>pois</sup> não esteve efetivamente envolvida nela.

De acordo com Leon Pomer<sup>2</sup>, os argentinos perderam 18 mil soldados no conflito, um número expressivo tendo em vista sua população de cerca de 1 500 000.

Quanto ao número de soldados mortos no transcorrer da guerra estes são contraditórios. Segundo <sup>estáticas</sup> oficiais da Repartição dos Negócios da Guerra para 1870, foram de 23 917, os quais são contestados pelo general Queiroz Duarte<sup>3</sup>, com base em seus estudos. Alguns, como Dionísio Cerqueira (Reminiscências da Guerra do Paraguai), falam em 100.000 mortos, a maior cifra apontada.

Da história desta guerra nos interessa particularmente seus efeitos sobre a mobilidade social do início da república, ainda que tenha sido algo imprevisível pelos senhores da guerra.

O envolvimento das classes excluídas súditas do império, como os brancos pobres e mestiços e especialmente os escravos africanos, foi resultado de uma propaganda ideológica patriótica que lhes prometia a alforria em troca do engajamento em uma guerra que a partir de então lhes pertencia, como homens livres que eram. Terminada a guerra pode-se perceber um processo de luta por reconhecimento por parte dos ex-combatentes, voluntários da pátria, devido a sua auto-valorização.

A partir desta constatação queremos desenvolver um estudo sobre a consciência adquirida por grupos e classes subalternos e sua luta por reconhecimento social como consequência da alteração de seus cotidianos e da propaganda ideológica de dimensões épicas e nacionalistas levada pelo Império no contexto da Guerra do Paraguai, desenvolvido durante o processo de mobilização do Império para a guerra.

Para o desenvolvimento deste estudo nos apoiamos em alguns autores, tais como Eduardo Silva, Ricardo Salles, Jorge Prata de Sousa, Wilma Peres Costa, que através da análise dos decretos, de testemunhos de voluntários e contemporâneos ao conflito, verificam as motivações que levaram os primeiros a se incorporarem às fileiras do exército e qual era a visão dos últimos sobre o conflito, com o objetivo de reconstituir o universo mental da sociedade da época. Buscamos também fazer uso da obra de memorialistas como Dionísio Cerqueira, Alfredo A. Taunay, Max Von Versen e Joaquim S. Azevedo Pimentel

<sup>2</sup> Leon Pomer, A guerra do Paraguai: A grande tragédia Rio Platense, São Paulo, Global, 1980.

<sup>3</sup> Paulo de Queiroz Duarte, Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.

para através dos relatos destes trazer as impressões destes sobre o conflito do qual tomaram parte efetiva.

Também o grande escritor brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis será nosso interlocutor, com o livro *Iaiá Garcia*. Homem da corte, que viveu no período de 1839 a 1908 no Rio de Janeiro, era sensível e atento a sua sociedade e retrata, através de suas obras, as características, pretensões e óbices presentes no seio da sociedade, apresentando-se assim como um homem de seu tempo e tradutor de sua sociedade, com o qual oferece um importante ponto de vista sobre a época que nos ocuparemos de compreender.

Este trabalho se coloca ao lado das renovações historiográficas desenvolvidas ao longo do século XX que procuram resgatar setores e acontecimentos sociais desprezados por uma anterior historiografia conservadora e elitista, permitindo assim, através de uma renovação das fontes, uma melhor e a mais ampla compreensão sobre os processos históricos.

Nosso interesse pela escolha desse tema é resultado da observação que a Guerra do Paraguai, apesar de ter sido um fato que causou um grande impacto na sociedade brasileira, em sua época, devido ao seu longo curso e ao alcance social atingido, trazendo à tona todos os conflitos e anseios contidos no interior da sociedade. É um tema pouco explorado, diria mesmo desconhecido, inclusive nos meios acadêmicos. Quando se fala em Guerra do Paraguai logo nos vem à mente, algumas figuras, como por exemplo Caxias, Tamandaré e nomes de batalhas como Riachuelo, Tuiuti entre outras. Às vezes o nosso conhecimento sobre o assunto se resume a isto, algumas pessoas que já realizaram a leitura de livros revisionistas característicos da década de 60/70, como Guerra do Paraguai: Genocídio Americano de Chiavenato, tem em mente a noção cristalizada de que a guerra resumiu-se ao Brasil no papel de uma nação subdesenvolvida à serviço dos interesses capitalistas da Inglaterra, que se via ameaçada pelo desenvolvimento da nação paraguaia. A Inglaterra a maior potência do mundo da época, sentir-se ameaçada pelo Paraguai?, utilizando o Brasil na época seu desafeto como um agente de seus interesses, não deixa de ser algo bastante curioso, diria até inverossímil, mas deixemos para lá. Outras abordagens de caráter oficial utilizam a guerra como mitos de origem, como ocorre com as instituições militares, que dão grande destaque ao surgimento de seus paradigmas na guerra, dando grande destaque a ação de comando de seus chefes, sempre cobertos de glória. Não se dá a devida importância a Guerra do Paraguai e as suas implicações sociais de correntes da

mesma. Principalmente não se estuda a guerra como um fato social, que envolve pessoas, ansiedades e emoções de diversas ordens.

Nossa intenção é analisar a guerra como tema de história social, verificando como a guerra alterou o cotidiano dos homens incorporados as fileiras do exército, e como se deu a interação social entre os diversos seguimentos sociais envolvidos de forma direta e indiretamente nas operações de guerra, como as pessoas que p<sup>el</sup>os mais diversos motivos acompanharam as tropas em marcha durante a guerra. Buscando desta forma reconstituir o lado humano da guerra.

Para apresentarmos este tema dividimos o texto em <sup>cinco</sup> 05 partes.

No primeiro capítulo, reconstituímos o contexto da Guerra do Paraguai em seu sentido de relações políticas internacionais. (o contexto da Guerra do Paraguai: relações internacionais sul-americanas e a dinâmica bélica do conflito).

No segundo capítulo, trataremos sobre as condições da forças militares imperiais antes da guerra. (As forças militares do império antes do conflito).

No terceiro capítulo trataremos sobre ação ideológica do Império no sentido de envolver toda a sociedade na guerra. (Ação ideológica do império: guerra e sociedade).

No quarto capítulo, abordaremos os padrões dentro dos quais se deu a guerra e o cotidiano dos elementos envolvidos no conflito. (Vida e combate em campanha).

No quinto capítulo trataremos sobre a repercussão do envolvimento dos diversos setores da sociedade e sua interação social o que ocasiona uma tomada de consciência por parte dos envolvidos no conflito. (O "transtorno das classes": o despertar da consciência).

# 1. O CONTEXTO DA GUERRA DO PARAGUAI: RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUL-AMERICANAS E A DINÂMICA DA GUERRA

A região do Paraguai havia sido outrora palco da atuação dos jesuítas que catequizaram os índios guaranis em suas missões, inculcando-lhes de forma marcante valores como a importância da fé e a valorização do trabalho, dando ao povo guarani características como a abnegação e a disciplina. Devido à base educacional estabelecida pelos jesuítas o país praticamente não possuía analfabetos e através do assessoramento de técnicos do exterior começava a desenvolver a sua indústria, além de já possuir linhas telegráficas e estradas de ferro.

A partir da primeira década do século XIX, quando começaram a desmembrar-se os impérios coloniais, espanhol e português na América, ocorreram diversos conflitos na região da bacia do Rio da Prata. Disputava-se a definição de fronteiras entre os países surgidos deste desmembramento e a hegemonia comercial sobre a região, além do acesso ao mar via Rio da Prata. A Inglaterra, grande potência econômica e militar da época, também possuía interesses comerciais nesta região, o que de certa forma colaborou para potencializar os antagonismos.

O Paraguai nasce como país em 1811, através de um golpe. Um teólogo de nome Francia assume a liderança do país e liquida todas as possíveis elites que poderiam obscurecer-lhe o poder, fechando o Paraguai para o exterior. Com isso, este se desenvolve praticamente através de seus próprios recursos caracterizando-se como um país fechado ao exterior e de governo ditatorial. Em decorrência da morte de Francia durante uma disputa pelo poder, assume os destinos do país Carlos Lopes, um dos membros da elite crioula local.

Ao morrer em 1862, Carlos Lopes deixa no comando do país Francisco Solano Lopes, seu filho, que se torna o presidente do Paraguai, uma república sem eleições, e sem oposição ao governo tendo em vista que toda ou qualquer oposição já havia sido eliminada. Solano Lopes tinha sonhos grandiosos, pretendendo formar um novo bloco na região da Bacia do Prata, unindo os “descontentes” com a política hegemônica argentina e brasileira na região. Este grupo de descontentes era composto pelas províncias argentinas de

Correntes e Entre Rios, além do governo do Uruguai. Há que notar que o Império Brasileiro temia que dessa aliança surgisse o embrião de uma nova nação e esta cooptasse a província do Rio Grande do Sul que já tinha tentado separar-se durante a Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845.

O Império Brasileiro, além de almejar o livre trânsito nos rios Paraguai, Uruguai e Prata, pretendia atender a várias reivindicações das elites regionais das províncias do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Este último almejava uma saída direta para o Oceano Atlântico via Bacia do Prata. Os produtores gaúchos queriam obter vantagens e incentivos na produção e comercialização do charque, tornando esta atividade competitiva em relação aos produtores argentinos e uruguaios. O Paraguai, não conseguindo definir acordos favoráveis com o Brasil e a Argentina sobre a delimitação de suas fronteiras e com relação à utilização da bacia do Prata para o acesso ao Oceano Atlântico, resolveu fazer uso da força das armas a fim de fazer valer os seus interesses.

Observa-se que no Paraguai, há muito que já se previa um quadro de guerra, pois havia montado um grande e bem armado exército, dotado de uma grande reserva, sendo extremamente disciplinado devido à própria característica de seu povo. O sólido sistema defensivo que foi montado, com fortificações muito bem distribuídas e armadas em pontos estratégicos do seu território<sup>4</sup>, as quais se mostraram muito eficientes no transcurso do conflito, é uma importante característica do povo paraguaio, que se constituíam em ótimos construtores de fortificações, o que não deixa de ser fruto da influência dos jesuítas, que eram mestres neste ofício.

Devido a problemas internos no Uruguai, o Império Brasileiro interviu militarmente neste país em apoio ao general Venâncio Flores. Em consequência, Lopes determina a invasão do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso e solicita autorização do governo argentino para atravessar o seu território com suas tropas, com a finalidade de atacar o Império Brasileiro. Recebendo uma resposta negativa, determinou a invasão do território argentino.

Formou-se então a Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai e a luta foi longa e cruel. A Inglaterra foi a grande financiadora da guerra, pois além de lhe ser rentável monetariamente, resolveria os problemas relativos à liberação do impedimento a navegação dos rios Paraná e Paraguai, decretados por Solano Lopes, que impediam o livre comércio inglês na região.

---

<sup>4</sup> Nelson Werneck Sodré, História Militar do Brasil

### 1.1. A dinâmica da guerra

A fim de servir como referencia para o leitor quanto à dinâmica da guerra, faremos um breve resumo de como se deram efetivamente as operações de guerra. Em 11 de novembro de 1864, o vapor brasileiro Marquês de Olinda que levava o presidente da Província do Mato Grosso, foi apreendido em Assunção. No dia 13 de dezembro, o Paraguai declarou guerra ao Brasil.

As operações militares ocorreram em dois teatros de operações distintos, no Mato Grosso e de forma mais contundente ao longo dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai. A fim de tornar mais clara a presente situação, relataremos de forma separada e seguindo uma ordem cronológica a forma com que se desenrolou a guerra nos dois teatros de operações.

Solano Lopes, logo após a declaração formal de guerra ordenou a invasão do Mato Grosso que se deu através do envio com duas colunas militares, uma por via terrestre e outra fluvial. O território brasileiro estava mal defendido e a resistência à invasão praticamente foi nula, ineficiente, devido ao descaso das autoridades para com a defesa do Império. Sendo que praticamente em menos de um ano após a invasão as tropas paraguaias já ocupavam a região de Coxim, saqueando a região e levando para o Paraguai o gado e o material bélico conquistado durante o avanço, o fruto desse saque foi muito proveitoso para o Paraguai no durante o transcurso da guerra.

A fim de conter o avanço do inimigo e recuperar o território brasileiro conquistado, foi organizada na região sudeste uma expedição, que se deslocou por via terrestre atravessando o interior das Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Durante esse deslocamento foram muito grandes as perdas de pessoal, a expedição foi assolada por doenças e deserções. Ao chegarem na região do conflito os paraguaios já haviam se retirado do território brasileiro levando consigo um formidável botim. Esta região do país na época era conhecida como “os sertões” e era totalmente desconhecidas pelo império, de forma particular pelo exército que não possuía mapas, nem cartas topográficas da área informações básicas para um exército principalmente no que se refere ao seu próprio território cuja missão precípua é defende-lo.

O comandante da expedição decide invadir o território paraguaio, e o faz avançando sobre o mesmo sem maiores problemas até encontrar-se com o exército paraguaio, a coluna saísse bem nos primeiros combates, porém devido a inexistência de um

apoio logístico adequado que fornecesse meios para que se desse prosseguimento a campanha, a expedição vê-se abandonada a própria sorte em pleno território inimigo. Sofrendo com a fome, vendo esgotar-se as munições, assolada por uma epidemia de cólera e constantemente fustigada pela cavalaria inimiga a coluna foi obrigada a iniciar um processo de retraimento do território inimigo, conhecido pela terminologia militar da época como retirada, este dramático episódio de nossa história é narrado por Alfredo d'Escrangolle Taunay, um dos integrantes da coluna, em a Retirada da Laguna.

Até o término da guerra, este teatro de operações permaneceu estável, não ocorrendo acontecimentos capitais para o desenrolar da guerra.

Logo após a invasão do Mato Grosso, tropas paraguaias invadiram a província Argentina de Corrientes, em decorrência a negação pelo governo argentino a solicitação de Solano Lopes para que suas tropas atravessassem o território argentino para atacar o Império brasileiro.

Após pequenos combates, as tropas paraguaias ocuparam Corrientes. No entanto, em 11 de junho, a marinha brasileira destruiu a frágil marinha Paraguai na celebre Batalha do Riachuelo, que proporcionou o domínio do rio Paraná e de toda bacia do prata o que praticamente selou o destino do conflito, o Paraguai estava isolado por vias fluviais e a marinha brasileira tinha a dominância da região.

Porém esta vantagem, do ponto de vista estratégico não foi aproveitada de forma integral devido ao temor causado pelo sólido sistema defensivo paraguaio, composto por fortificações ao longo do rio Paraguai. O que praticamente imobilizou os aliados durante anos, de forma particular em torno de Humaitá.

Em junho de 1865, o exército Paraguai invade a província do Rio Grande do Sul ocupando a cidade de Uruguaiana, com a elite de suas tropas. Em agosto do mesmo ano as tropas paraguaias são sitiadas pelos aliados e rendem-se, constituindo esse em outro golpe contundente para o Paraguai, pois com a rendição o seu exército perdeu o que tinha de melhor em tropas e material.

A partir deste momento os aliados passaram a tomar a iniciativa nas operações da guerra, estes tinham como comandante geral das tropas o presidente argentino Bartolomé Mitre. Com exceção da província do Mato Grosso em novembro de 1865 já não havia tropas paraguaias em território aliado. Em dezembro de 1865 ocorria a invasão do território paraguaio, pelas forças aliadas, mais uma vez reproduz-se o mesmo quadro que ocorreu nas operações do Mato Grosso, o total desconhecimento do terreno onde se dariam

as operações, o que se constitui num grande fator complicador, <sup>e</sup> que colaborou em muito para a longa duração do conflito.

Em maio de 1866 travou-se a maior batalha campal da história da América do Sul, Tuiuti. A iniciativa partiu do exército paraguaio que atacou, com o que de melhor lhe restava de suas forças militares, as forças aliadas acampadas diante das fortificações de Humaitá, um grande sistema defensivo que bloqueava o livre acesso ao rio Paraguai.

Foram quase seis horas de intenso e encarniçado combate, ao término dessas o saldo era: do lado paraguaio de 6000 mortos e 7000 feridos, do lado aliado foram 996 mortos e 2935 feridos, sendo que destes 737 mortos e 2935 feridos eram brasileiros. Os efetivos militares brasileiros por diversos motivos sempre foram os maiores durante o conflito.

Conforme confirmam os números podemos deduzir que a vitória <sup>de</sup> batalha coube aos aliados, estes porém não puderam realizar o aproveitamento do êxito da batalha, pois careciam de apoio logístico necessário para o deslocamento de um grande número de soldados, além de outras condicionantes que impossibilitaram a perseguição e destruição das tropas inimigas que foram derrotadas, que deveriam seguir-se ao combate de acordo com as práticas da guerra.

Em setembro os aliados retomam os movimentos ofensivos, abandonam os planos de contornar Humaitá pelo seu flanco terrestre e avançaram, com o apoio de fogo da esquadra ao longo do rio Paraguai. Obtiveram uma vitória inicial em Curuzu, porém a essa se seguiu à fragorosa derrota de Curupaiti, que apesar do abalo psicológico que causou aos aliados, serviu para evidenciar a falta de coordenação e entendimento entre os comandos superiores, além dos desacertos e contradições latentes na condução geral das operações.

Durante dez meses, da derrota de Curupaiti até julho de 1867, os aliados permaneceram estacionados em Tuiuti diante da fortaleza de Humaitá. Nesse período travaram-se apenas combates de fricção, sem muita expressão. No entanto o índice de mortalidade nos campos de batalha era grande, fruto das epidemias e doenças as quais as tropas eram acometidas, na maior parte em consequência as baixas condições higiênicas e sanitárias que aliadas a uma alimentação deficitária dotava a tropa de um nível de higidez muito abaixo dos padrões desejáveis para uma tropa em campanha.

A esse período de imobilidade das tropas são atribuídos diversos motivos, entre eles estão: incompetência dos comandantes, covardia, interesses comerciais dos que lucravam com o prolongamento da guerra entre outros.

Segundo alguns autores entre eles NWS, RS dados as estruturas militares precárias e de base caudilhesca sobre as quais as forças aliadas foram montadas apresentavam-se ineficientes frente à nova modalidade de conflito que ora apresentava-se.

Em outubro de 1866, Luiz Alves de Lima e Silva, então Marques de Caxias, assume o comando das tropas brasileiras, sendo que dessa data até julho do outro ano sua missão constitui-se em dotar o exército de uma infraestrutura mais adequada à nova realidade da guerra: meios de locomoção, uniformes, armamentos, munição, treinamento, disciplina, maior conhecimento do terreno e atendimento médico-hospitalar.

Somente no final de julho de 1867, foi iniciado o movimento que visava flanquear a Fortaleza de Humaitá. Pela segunda vez as tropas paraguaias atacam o acampamento aliado de Tuiuti em novembro de 1867, apesar de que nesse momento a maior parte do efetivo aliado estava sendo empregada na operação de flanqueamento de Humaitá, o restante das tropas aliadas que ficaram responsáveis pela manutenção da posição resistiram ao ataque, assegurando a posse do terreno. O ataque paraguaio à base de operações aliada não interrompeu o movimento de flanqueamento à Humaitá, que visava o cerco do sistema defensivo guarani.

Em fevereiro de 1868 Caxias assume o comando geral das forças aliadas, uma vez que Mitre se viu obrigado a retornar à Argentina a fim de aplacar problemas internos daquela república potencializados pela morte de seu vice-presidente em exercício.

Em 19 de fevereiro de 1868, numa ação combinada esquadra brasileira, numa operação de alto risco, sob cerrado bombardeio esquivou-se das estacadas e correntes dispostas em pontos do rio Paraguai, manobrando com máxima pressão nas caldeiras e simultaneamente, respondendo aos fogos da artilharia guarani com grande eficiência e eficácia, deixando para trás a lendária Fortaleza de Humaitá. Simultaneamente tropas do exército imperial avançam sobre um ponto nomeado Estabelecimento, um reduto localizado acima da fortificação principal, conquistando-o depois de acirrado combate. Apertava-se assim o cerco à Humaitá, esta porém só viria a capitular em 5 de agosto de 1868.<sup>5</sup>

Praticamente mais de um exército paraguaio foi consumido da defesa de Humaitá. Solano Lopes foi ainda capaz de até o final do conflito, organizar mais dois exércitos, esses porém de qualidade muito inferior aos anteriores, devido à falta de recursos materiais e humanos, de forma crescente no decorrer das fases finais do conflito a

---

<sup>5</sup> História Geral da Civilização Brasileira p. 308

presença de velhos, doentes, adolescentes e até mesmo crianças na composição das tropas paraguaias tornou-se comum.

Superada a fase de ultrapassagem pelas fortificações de Humaitá, as próximas operações desenvolveram-se em torno das defesas paraguaias ao norte do Piquissiri, afluente do rio Paraguai, que possibilitaria às tropas aliadas flanquear as posições inimigas e desembarcar à sua retaguarda. Essa operação foi realizada com sucesso, e em 6 de dezembro a maior parte do efetivo do exército aliado encontrava-se a retaguarda do exército de Solano Lopes, cortando dessa forma suas comunicações e vias de fuga.

Tomando proveito da situação estratégica que se apresentava favorável, Caxias marcha para o sul e durante o transcorrer do mês de dezembro, conquista três importantes e sucessivas vitórias: Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, esse conjunto de vitórias passou à história com a denominação de Dezembrada, estas aniquilaram mais um exército guarani. Somente Solano Lopez, acompanhado por um pequeno número de seguidores, consegue escapar. Sendo Caxias duramente criticado por ter permitido a fuga do líder paraguaio, que ocasionou o prosseguimento da guerra. Como consequência direta às vitórias, Assunção é conquistada em janeiro de 1869.

Tendo o seu estado de saúde agravado, fruto de sua idade avançada aliada ao desgaste proporcionado pela dinâmica da guerra, Caxias solicita autorização para retirar-se do teatro de operações. Para substituí-lo o Imperador nomeia o seu próprio genro o Marechal-de-Exército Fernando Gastão d'Orleans, o Conde d'Eu marido da princesa Isabel que contava apenas com 27 anos de idade, Este ao assumir o comando geral das tropas em operação, reorganizou corpos do exército e depósitos, além de cuidar dos reaprosionamentos.

Tem início a fase final do conflito, que ceifaria inúmeras vidas da população paraguaia numa guerra inútil, pois o Paraguai já se encontrava totalmente desgastado, sendo sua sofrida população compelida à luta pelo seu ensandecido governante, que se retirando para o norte e afastando-se das margens do rio Paraguai organizou mais um pequeno exército, que pereceu massacrado na batalha de Campo Grande ou de Nhu-Guaçu, Rubio-Nhu ou ainda Acosta-Nhu em agosto de 1869. Esse exército era composto por velhos, meninos e doentes que morreram lutando contra tropas brasileiras.<sup>6</sup>

Depois da batalha de Campo Grande, a guerra se resumiu numa perseguição a Solano Lopez, que fugia em direção ao norte. Em 1 de março de 1870, às margens do rio

---

<sup>6</sup> História Geral da Civilização Brasileira p. 313, OUTRO....

Aquidabã Solano Lopes é morto pela lança de um cabo-de-esquadra das tropas imperiais, José Francisco Lacerda conhecido pela alcunha de Chico Diabo.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup>Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, *Episódios Militares*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1978.p.173-174

## 2. AS FORÇAS MILITARES DO IMPÉRIO ANTES DO CONFLITO

A guerra do Paraguai pode ser considerada como uma das primeiras guerras totais da história, pois mobilizou nos países nela envolvidos recursos humanos e materiais em larga escala e em âmbito nacional, numa proporção nunca vista anteriormente. Constituiu-se num grande desafio ao Império Brasileiro uma vez que o mesmo não possuía forças militares com efetivos, materiais e condições de enfrentar um conflito de tal envergadura. Nesta época o império dispunha como forças militares da Marinha, da Guarda Nacional e da tropa de primeira linha, o Exército.

A Marinha de Guerra na época contava com uma esquadra de 40 navios a vapor, mas de madeira, com cerca de 250 canhões. Durante o conflito este número foi acrescido com aproximadamente 20 unidades encouraçadas. Desses 10 deslocavam de 800 a 1700 toneladas e possuíam uma cinta couraçada de 60 a 100 mm ao longo de toda linha de flutuação. Também dispunham de 6 ou 8 canhões num reduto central do couraçado, 2 ou 4 peças de 152 mm em torres giratórias. Essa esquadilha era completada por 6 pequenos monitores fluviais construídos no Rio de Janeiro e armados com um canhão de 178 mm instalado numa torre central. Fixa.

A Argentina e o Uruguai praticamente não possuíam marinha de guerra. Enquanto o Paraguai há muito tempo vinha organizando uma pequena, mas possante frota de guerra fluvial, adquirindo algumas corvetas e armando numerosos paquetes de rodas ou movidos a hélice. Inclusive concebeu um novo tipo de embarcação, a chata, uma espécie de bateria flutuante com um canhão de 68 a 80 libras e rebocada por unidades maiores.

A Guarda Nacional foi criada através da Lei de 18 de agosto de 1831 e visava *Defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública, e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas; [...].*<sup>8</sup>

Em todos os conflitos na região platina anteriores à Guerra do Paraguai em que o Império esteve envolvido, os efetivos em operação compuseram-se majoritariamente da Guarda Nacional reforçada pela organização militar local. Normalmente os interesses

---

<sup>8</sup> História da Civilização Brasileira - - - . ?

gerais do Governo Imperial coincidiam com os interesses dos estancieiros do Rio Grande, em relação aos países limítrofes. Devido aos constantes conflitos e disputas pelo gado com os vizinhos, a classe dominante local sempre manteve uma considerável capacidade de mobilização militar. Como é observado por Nelson Werneck Sodré, [...] *o estancieiro é, antes de tudo, um chefe de bando armado, arrastando a qualquer momento a sua tropa e juntando-a à tropa de linha [...].*<sup>9</sup>

O Exército destinava-se a defesa externa, ficando aquartelado nas fronteiras e nos fortes da costa. Seu efetivo era extremamente acanhado, pois não era interessante para o Império um Exército muito forte, uma vez que este já dispunha da Guarda Nacional para o controle da ordem interna. Sendo que em várias revoltas ocorridas no período pós-independência o Exército cerrou fileiras junto ao povo revoltoso, ficando ao lado deste na defesa de interesses comuns. Logo, era considerado uma força perigosa, não chegando a receber nem o mínimo dos recursos necessários para a sua manutenção, além do que, a incorporação às suas fileiras era considerada uma forma de punição, pois nelas estava a escória da sociedade da época imperial: negros libertos, mestiços, brancos pobres, enfim, os elementos socialmente marginalizados.

A prática do castigo físico para manutenção da disciplina das tropas era regulamentar. O recrutamento era realizado de forma coercitiva, “o recrutamento a pau e corda”, como se dizia na época. As cenas descritas por contemporâneos correspondem perfeitamente a preiação de índios pelos bandeirantes paulistas ou o rapto de negros africanos para servirem como escravos nas colônias.

Através de uma descrição feita em 1851 por um mercenário alemão a serviço do Brasil durante a campanha contra Oribe e Rosas, podemos ter uma visão do exército brasileiro da época. Esta descrição se faz importante por ter sido produzida por um militar experiente com vivência junto à diversos exércitos:

*‘A constituição do Império obriga a todo brasileiro servir nas fileiras do exército, para a defesa do país [...] nas fileiras do exército permanente[...] notam-se principalmente negros, mulatos e índios, alistados, ou antes, recrutados. [...] É que a disciplina interna do exército é das mais severas que existem, e pode tanto mais facilmente ser mantida porquanto, dada a constituição da*

---

<sup>9</sup>, Nelson Werneck Sodré – História Militar do Brasil, Editora Civilização Brasileira, 1965

*tropa, as relações entre oficiais e soldados não são diferentes das entre senhores e escravos.*<sup>10</sup>

O mesmo quadro persiste no relato de Max Von Versen, um oficial alemão que foi autorizado pelo seu governo a vir acompanhar a guerra, em seu primeiro contato com tropas do exército brasileiro no ano de 1867 relata: [...] *não tem produzido impressão favorável o que tenho visto até agora do exército deste país. Nas fileiras estão alistados somente negros, mulatos e a escória da população branca*[...].<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Wilma Peres Costa – A Espada de Damôcles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996

<sup>11</sup>, Max Von Versen, História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Itatiaia, 1976

### 3. AÇÃO IDEOLÓGICA DO IMPÉRIO: GUERRA E SOCIEDADE

Com o advento da guerra e diante da incapacidade dos meios disponíveis para atenderem a demanda, o governo percebeu que a condição básica para que o Império pudesse fazer frente ao desafio, ~~X~~ ora imposto, seria a constituição de um exército nacional, sendo que para isso seria necessária a mobilização de todos os setores da sociedade. A fim de atingir este objetivo, o Governo se vê obrigado a adotar a ideologia do espírito patriótico, uma forma de justificar moralmente e apresentar a guerra como uma cruzada de desagravo à honra nacional, esta foi apresentada no discurso do governo como uma luta da civilização X a barbárie, sendo era o primeiro o Império Brasileiro uma pacífica e civilizada nação que se viu atacada por um inimigo cruel e bárbaro.

Desse modo pretendia envolver emocionalmente o Império criando na sociedade uma mentalidade que favorecesse as apresentações de voluntários para a guerra, além de propiciar a disponibilização de recursos materiais e humanos por parte das elites e proprietários. Considera-se este momento como fundamental para o nascimento da nacionalidade brasileira.

A constituição do exército baseou-se: no destacamento dos Corpos da Guarda Nacional<sup>12</sup>, nos Corpos Policiais das Províncias e na convocação dos Voluntários da Pátria, todo esse processo representou um esforço de dimensões nacionais. Além do aspecto geográfico, devemos ressaltar a dimensão social que tarefa de tal vulto envolveu, pois recrutar, vestir, armar, treinar, organizar, transportar, prover as necessidades mínimas e principalmente motivar cerca de 100 000 homens, que estiveram diretamente envolvidos nas operações de guerra propriamente ditas, foi algo que atingiu a todo o conjunto da sociedade.

Faz-se necessário neste momento recuperar determinados elementos tidos como básicos da sociedade escravista na época do Império. Pois o esforço de mobilização nacional resultante da guerra, devido a suas dimensões, trouxe à tona temas sociais aos quais não se atribuía à devida importância ou valor, como o papel e a situação dos setores

---

<sup>12</sup> Devido á um dispositivo legal as unidades da Guarda Nacional só poderiam operar no exterior quando destacadas, sendo que para isso necessário um Decreto Imperial.

livres populares. A promoção de um esforço nacional, para a organização do exército desnudou os laços e contradições que uniam e opunham senhores, cidadãos, despossuídos e escravos na civilização do Império.

Uma das características essenciais do Estado escravista é a clara distinção entre os direitos diferenciados dos grupos nos quais a população é dividida: cidadãos livres e escravos. No interior do grupo de cidadãos livres se processa uma segunda distinção: os que eram proprietários de escravos e aqueles que dispunham apenas de suas pessoas. No caso brasileiro em particular, grande parte da população livre ocupava a segunda distinção.

Dentro das condições da época, o engajamento forçado de indivíduos das camadas populares era a forma usual de abastecer os exércitos da material humano. A coerção para formar exércitos é muito antiga e exercida até nossos dias, ainda que de forma indireta<sup>13</sup>. A ideologia que acompanha e recobre essa coerção é a do espírito voluntário/patriótico. O recrutamento dos Voluntários da Pátria não foi um simples engodo para mascarar a coerção do recrutamento forçado, mas sim uma forma moral que necessariamente acompanhou essa coerção no sentido de proporcionar a aceitação e legitimação social. Esse recurso obteve sucesso e um grau satisfatório de aceitação, repercutindo sobre a sociedade como um todo e abrindo espaços para que grupos e classes subalternos, ao terem o seu cotidiano alterado, adquirissem consciência de sua condição e posteriormente lutassem por reconhecimento social.

As fileiras do exército, até então, eram compostas por elementos socialmente desqualificados, de acordo com a ordem e o pensamento dominantes vigentes na época. Os recrutados eram obtidos junto a escoria da sociedade tidos como: desocupados, vagabundos e malandros. O fato de ser incorporado ao exército carregava o estigma da degradação social.

Logo, a mobilização de 100 000 homens não poderia corresponder ao mesmo valor social e moral que era conferido ao recrutamento. Para isso fez-se necessário definir a campanha como uma cruzada patriótica de desagravo à honra nacional.

A grande contradição existente no seio desse discurso foi o fato de elementos desqualificados socialmente, incapazes de partilhar e conviver dentro dos padrões de civilização do Império, serem chamados a defende-los. As conseqüências desse processo foram sentidas e colaboraram para a crise da sociedade escravista no pós-guerra.

---

<sup>13</sup> Como é o caso da Lei do Serviço Militar atual que obriga a todos brasileiros, do sexo masculino a alistarem-se para prestarem o Serviço Militar Inicial obrigatório ao atingirem determinada idade.

Analisaremos a partir desse ponto como esse esforço repercutiu nas principais classes sociais abarcadas por ele.

O Império teve que atuar em diversas frentes a fim atender as necessidades: mobilizar a Guarda Nacional, estimular o voluntariado e incrementar a força profissional, mediante o recrutamento compulsório. Um fator importante, que favoreceu a mobilização nacional, foi que ao iniciar a guerra o país já havia concluído o processo de consolidação do poder centralizado, dessa forma a mobilização se deu através de medidas legislativas.

O ponto de partida do esforço de mobilização foi dado por duas medidas criadas pelo governo, em 7 de janeiro de 1865, através do Decreto nº 3.371, no qual Dom Pedro II convoca os Voluntários da Pátria:

*Atendendo às graves e extraordinárias circunstancias em que se acha o País, e a urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do Corpo Legislativo, todas as providencias para a sustentação no exterior da Honra e Integridade do Império, e tendo ouvido o meu Conselho de ministros, hei por bem decretar:*

*Art. 1º São criados extraordinariamente Corpos para o serviço da guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.*

*Art. 2º Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 3000 réis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.*

*Art. 3º Os Guardas Nacionais, praças de pré, que se apresentarem, serão alistados na primeira linha com as mesmas vantagens do artigo 2º, passando nos postos que tiverem nos Corpos da mesma Guarda, a que pertencem.*

*Art. 4º Os Voluntários compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que for decretada a paz, dando-se-lhes imediatamente passagem para onde solicitarem, no caso que tenham que se transportar por mar.*

*Art. 5º As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os Comandantes dos respectivos Corpos autorizados a dá-las logo que forem reclamadas pelos individuos que tiverem direito.*

*Art. 6º Os Voluntários terão todas as regalias, direitos e privilégios das praças do Exército, para serem reconhecidos como cadetes ou particulares, sem que para isso percam as vantagens do artigo 2º e possam ser promovidos à oficiais quando se distinguirem.*

*Os que tiverem direito a ser reconhecidos cadetes ou particulares poderão usar logo dos respectivos distintivos, até que se proceda aos Conselhos de Direção e Averiguação, quando o Quartel-General faculte, ficando dispensados da apresentação de escritura de alimentos.*

*Art 7º Aqueles que desistirem da baixa, depois de feita a paz, e continuarem a servir por mais três anos, receberão, além das outras vantagens, 300\$000, sendo 100\$00 nesse ato e o resto no fim de três anos.*

*Art. 8º Os Voluntários que tratam os artigos 2º e 3º ficarão isentos do serviço do Exército e da Marinha, assim como do serviço ativo da Guarda Nacional, quando não se queiram prestar voluntariamente. Os do artigo 3º, quando se prestem, terão preferência na promoção aos postos oficiais, dada igualdade de circunstancias com outros.*

*Art 9º Os voluntários terão aos empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.*

*Art 10º As famílias dos Voluntários, que falecerem no campo de batalha ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para oficiais e praças do Exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate perceberão durante sua vida soldo dobrado de voluntário.*

*Art 11º Todos os Voluntários de que trata este Decreto terão no Braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo os seguintes palavras – “Voluntários da Pátria “ – da qual poderão usar mesmo depois da baixa.*

*Art 12º O Governo concederá, em atenção aos serviços relevantes prestados pelos ditos Voluntários, graduações de oficiais honorários do Exército; e solicitará do Corpo Legislativo autorização para conceder-lhes vitaliciamente o soldo por inteiro ou em parte correspondente aos seus postos.*

*Art 13º As praças dos Corpos Policiais do Império e os indivíduos que já tiveram obtido baixa desses Corpos e dos de 1º Linha terão todas as vantagens concedidas aos voluntários Guardas Nacionais.*

*Art 14º Gozarão de todas as vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de 3 meses, e nas mais remotas em 4, contadas da data da publicação deste Decreto, nas respectivas capitais, os Guardas Nacionais aos Comandantes Superiores, e onde os não houver aos Comandantes dos Corpos, e os outros voluntários às Autoridades que o Governo designar.*

*Art 15º Ficam provisoriamente revogadas as disposições em contrario.*

*Os meus Ministros e Secretários de Estado dos Negócios das diversas Repartições assim o tenham entendido e façam executar.*

*Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1865; 44º da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador,*

*Francisco José Furtado, José Liberato Barroso, Carlos Carneiro de Campos, João Pedro Dias Vieira, Henrique Beaurepaire Rohan,*

*Francisco Xavier Pinto Lima, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.<sup>14</sup>*

A fim de estimular o voluntariado, disseminar e introjetar a ideologia que se fazia necessária no momento, o próprio imperador Dom Pedro II apresentou-se como o “Voluntário da Pátria número 1” e demonstra a sua firme determinação em seguir para o sul com o intuito de acompanhar pessoalmente as operações que visavam expulsar o inimigo que havia invadido o território brasileiro e ocupado a cidade de Uruguiana na Província do Rio Grande do Sul, além de Uruguiana a Província do Mato Grosso também havia sido ocupada. A despeito das objeções do Conselho de Estado, que julgava demasiado arriscado a proximidade do Imperador da zona em conflito, Dom Pedro II rumou para o sul do império em 10 de julho de 1865, uniformizado como coronel dos Voluntários da Pátria sendo acompanhado por um estado maior composto pelo seu genro o Duque de Saxe, que por efeito de seu casamento, fora agraciado com o posto de almirante da marinha imperial, os generais Caxias e Cabral, na qualidade de ajudantes de campo do imperador, o general Beaurepaire, ex-ministro da guerra entre outros auxiliares e vasta criadagem. A comitiva imperial realizou a travessia da campanha gaúcha onde encontrou-se com o Conde D’eu chegando até a cidade de Alegrete, que ficava a uma proximidade segura do teatro de operações, lá onde inspecionou tropas e interou-se de assuntos referentes as operações que visavam livrar o território brasileiro do invasor guarani. O Imperador até então era tido como um intelectual, dentro do esforço de mobilização nacional para a guerra, promovido pelo governo para propagar a ideologia que se fazia necessária, tornasse um guerreiro, impoluto e decidido um exemplo a ser seguido pelos seus súditos, a partir da concepção de que: o próprio Imperador mesmo não sendo um homem afeito as práticas castrenses e as lides guerreiras, é o primeiro brasileiro a atender ao chamamento da pátria, “*atendendo às graves e extraordinárias circunstancias em que se achava o País*”<sup>15</sup>. Dentro da ideologia guerreira que ora se fazia necessária constitui-se num elemento poderoso catalisador e aglutinador do sentimento nacional, até então inexistente. Os jornais da época deram ênfase a este fato e os meios de comunicação e propaganda da época o alardearam. Provocando uma onda de alistamentos de súditos leais que queriam rumar para guerra

<sup>14</sup> Paulo de Queiroz Duarte, Op. Cit. Volume I p. 200.

<sup>15</sup> Wilma Peres Costa, A Espada de Damôcles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. São Paulo, HUCITEC, p. 173

seguinto o exemplo de seu culto e, tendo em vista as contingências do momento, belicoso Imperador.

A segunda medida de caráter legislativo se deu através do Decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865<sup>16</sup>, que destacava a Guarda Nacional em todas as províncias do Império, fixando também os seguintes contingentes:

<b>PROVÍNCIA</b>	<b>EFETIVO</b>
Corte	300
Rio de Janeiro	1.384
Bahia	2.440
Pernambuco	2.424
Maranhão	1.060
Sergipe	644
Piauí	1.160
Paraíba	624
Ceará	1.060
Rio Grande do Norte	624
Alagoas	484
Espírito Santo	208
Pará	1.040
Amazonas	230
Paraná	416
Goiás	490
Santa Catarina	208
<b>TOTAL</b>	<b>14.796</b>

Mais dois Decretos, os de nº 3.381 e 3.382, complementavam o anterior, destacando 3.000 homens da Guarda Nacional de São Paulo e 6.000 da Guarda Nacional de Minas Gerais, para formarem contingentes que se destinariam a libertar a Província do Mato Grosso<sup>17</sup>.

Ao analisarmos estas medidas de forma conjunta, e na busca de resgatar o seu intuito, notamos que elas são complementares. Destaca-se neles a Guarda Nacional e a busca em atrair Voluntários por meio de vantagens especiais, alcançando aqueles setores livres da população que até então estiveram livres do recrutamento militar, do qual era alvo constante somente as camadas mais pobres e desprotegidas da população. Através da oferta de vantagens materiais e simbólicas em relação a desprestigiada tropa de linha, tentava-se vencer a repugnância que o serviço militar causava nas camadas médias da população e atrair elementos da Guarda Nacional que não fossem abarcados pelos Decretos.

<sup>16</sup> Paulo de Queiroz Duarte, Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, Volume I p. 200.

<sup>17</sup> Paulo de Queiroz Duarte, Op. Cit., Volume I p. 190.

Nesse sentido, notamos que as medidas obtiveram pleno êxito, pelo menos neste primeiro momento da guerra, tendo em vista a grande quantidade de voluntários de todos os rincões do império que se apresentaram<sup>18</sup>. O próprio termo “Voluntário da Pátria”, forte, subjetivo e carregado de conceito, já obscurece o caráter da incorporação aos contingentes.

A título de exemplo na busca de estabelecer parâmetros, sobre impactos e repercussões que as medidas legislativas causaram nas Províncias, observemos a incidência da guerra na Província do Rio Grande do Norte, conforme nos relata Aduauto Miranda Raposo da Câmara<sup>19</sup> e através a análise do relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte ano de 1865<sup>20</sup>.

Ao eclodir a guerra a Província do Rio Grande do Norte tinha como governador o Dr. José Olinto Meira, na qualidade de seu 26º seu governo compreendeu o período de julho de 1863 a 21 de agosto de 1866. Logo, foi a esse governador que coube tomar as primeiras medidas administrativas relativas ao decreto imperial.

Ao receber o decreto imperial que fixava a cota de 624 guardas nacionais que a província deveria fornecer para o serviço externo, o Presidente Meira promoveu várias reuniões em palácio, a fim de organizar o plano de trabalho. Distribuiu circulares e fixou tarefas a todos solicitando uma patriótica contribuição na coleta de donativos, seleção e recrutamento de voluntários. Através da leitura de seu relatório percebemos como esse presidente dedicou-se a causa da guerra. Constatado que a Guarda Nacional local não se encontrava capacitada para assumir os encargos que lhe cabiam, o Presidente Meira apelou para os delegados de polícia, que percorreram os municípios mais populosos à cata de “voluntários”.

Testemunhos da época referem que a execução desse serviço foi muito desumana, acarretando muitas reclamações.

*[...] Durante a noite de 15 de janeiro de 1865, em Natal, houve séria atividade de recrutamento, espalhando pânico, lançando uma nota de tristeza nas famílias humildes, naquele promissor raiar de ano novo. [...] Não é possível imaginar o alarido que faziam mulheres e crianças, atrás dos recrutados, exclama o correspondente do Jornal do Comercio, em sua carta de 20*

<sup>18</sup> Com certeza nem todos foram voluntários, porém não se pode quantificar e discriminar de forma documental as categorias de voluntários ou recrutados.

<sup>19</sup> Aduauto Miranda Câmara, O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai, Natal, IHGRN 1951

<sup>20</sup> Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte, 1865.

*daquele mês. Os infelizes capturados eram pescadores residentes na Ribeira, nas Rocas, no Areal.[...].<sup>21</sup>*

No Rio Grande do Norte o recrutamento foi mais intenso em alguns locais como Natal, São José de Mipibu, Goianinha, Canguaretama, São Gonçalo, Ceará-Mirim, Touros, Macau, Açu, Mossoró e Areia Branca, onde a concentração populacional era maior. O recrutador, como não poderia deixar de ser, era odiado, maldições choviam sobre ele; esta prática, porém, não era nova, uma vez que era forma recorrente de se completarem os efetivos da tropa de 1ª Linha, só que agora tendo em vista atender as contingências este recurso foi potencializado.

O clero, outro elemento de força, foi solicitado a cooperar, induzindo muitos paroquianos à apresentação durante os sermões e na atuação direta sobre as comunidades sob sua jurisdição, constituindo-se assim num elemento difusor da nova ideologia adotada pelo governo. Do seio da Guarda Nacional surgiu o Tenente-Coronel Pinheiro da Câmara, Comandante Superior da milícia na capital da província, natural de Canguaretama, que logo pode contar com recrutas arrebanhados no Vale do Cunhaú. No Domingo, 19 de fevereiro de 1865, promoveu o Dr. Meira uma formatura dos convocados, Guardas Nacionais e Voluntários, apresentados em formatura pelo Tenente – Coronel Pinheiro da Câmara. Houve revista, discursos, falando na ocasião o Presidente e o Deputado Moreira Brandão, seguindo-se uma passeata pela cidade.

Em 31 de março, por ocasião da partida da Unidade de linha, aquartelada em Natal, o povo potiguar teve oportunidade de externar seu patriotismo. O esforço dos vigários e, sobretudo, dos delegados de polícia do interior, onde o povo criou a figura do Alferes Albuquerque, uma espécie do demônio em carne e osso, conseguiu reunir o efetivo para formar uma unidade, que só a 9 de julho pôde o Presidente Olinto José Meira fazer embarcar, por falta de transporte marítimo. Na corte este contingente potiguar recebeu a designação de 28º Corpo de Voluntários da Pátria.

Neste primeiro momento do conflito o afluxo de voluntários foi enorme, considerada como satisfatória pelo Governo Imperial que mandou cessar as apresentações, parte em função do espírito de união nacional que buscava cristalizar-se em torno da figura de Dom Pedro II, o Voluntário Número 1, como também pelos benefícios aos quais fariam jus os que se apresentassem.

---

<sup>21</sup> Aduato Miranda Câmara Op Cit. p. 21,

### 3.1. Motivações para a guerra

Faremos a partir desse momento a análise dos motivos que levaram os combatentes à integrarem as fileiras do Exército. No romance *Iaiá Garcia*, Machado de Assis nos apresenta o seguinte depoimento de uma mãe de boa sociedade:

*Pela minha parte trabalho com meu Jorge para que vá alistar-se como voluntário; podemos arranjar-lhe um posto de alferes ou tenente; voltará major ou coronel [...] Jorge está formado, mas não tem queda para a profissão de advogado nem para a de juiz. Goza por enquanto, a vida; mas os dias passam e a ociosidade faz-se natureza com tempo. Eu quisera dar-lhe um nome ilustre. Se for para a guerra, poderá voltar coronel, tomar gosto às armas, seguir-las a honrar o nome do pai [...]*<sup>22</sup>

Notamos neste trecho da obra um membro da classe média vislumbrando na guerra uma forma de obter uma certa estabilidade social. É importante analisarmos as diversas mudanças começaram a ocorrer no Brasil do século XIX, a partir de 1850. Com a abolição do tráfico de escravos, há uma liberação de capitais que propiciam a intensificação da vida comercial. Do ponto de vista social também acontece uma grande mudança, pois com o fim do tráfico ocorre a diminuição do número de escravos e o aumento da população de homens livres. O aumento do trabalho assalariado faz surgir uma camada intermediária entre senhores e escravos: a classe média urbana nascente, formada por religiosos, militares, intelectuais, jornalistas, funcionários do Estado e pequenos comerciantes. Numa sociedade altamente estratificada como era a sociedade imperial, esta incipiente classe média dos centros urbanos almejava conquistar o seu espaço, o que de certa forma não deixava de ser um fator gerador de tensão social. Com as vantagens apresentadas pelos Decretos Imperiais, abria-se uma possibilidade destas afirmarem-se socialmente.

Também podemos notar através de relatos que não só por interesses de ordem material apresentaram-se voluntários. Jovens bem nascidos foram movidos por motivos diversos, como o caso de Dionísio Cerqueira, que ao eclodir a guerra, possuía 17 anos e cursava o segundo ano da Escola Central, ou seja, um típico representante da elite baiana na Corte. Ao observarmos um trecho de suas reminiscências podemos verificar de forma bem clara o sentimento que o animava naquela oportunidade:

<sup>22</sup> Joaquim Maria Machado de Assis, *Iaiá Garcia*, Porto Alegre: L&PM Pocket, 1999. p. 22

*Naquela época, os militares também estudavam na Escola Central; e nós, paisanos, fazíamos de sobrecasaca e cartola exercícios de infantaria e ginástica, porque assim determinara o nosso diretor, [...] que sabia manter entre seus alunos a mais rigorosa disciplina. [...] Éramos militarizados. [...] Quando vi o Graça, o Amarilo, o Santiago Dantas, o Schimidt, o Paulo Alves e todos aqueles caros companheiros em ordem de marcha, com a mochila às costas, de capote bem emalado, a marmita reluzente, os malotes pintados de alvaiade, talabarte alvo do bornal bem engomado, como a mais honrosa das grã-cruzes, a chapa do cinturão limpa como ouro, o punho reluzente do sabre-baioneta, o cantil de madeira sobre o bornal vazio e a patrona lustrada e cera, como se tivesse sido envernizada, e carregando garbosos a carabina com que iam defender a pátria; achei-os admiráveis e confesso meu pecado, tive inveja, que não pude mais abrir um livro. Não podia ficar no Rio de Janeiro estudando, quando a pátria reclamava o sangue dos filhos para a sua desafronta. Apoderou-se de mim a idéia de assentar praça e partir.[...] Não pude, porém resistir à força mágica que me impelia para o sul. A 2 de janeiro de 1865, cinco dias antes do decreto dos Voluntários da Pátria, apresentei-me no quartel-general para assentar praça como “voluntário do exército.[...]”<sup>23</sup>*

Segundo Eduardo Silva<sup>24</sup> “a declaração de guerra contra o Paraguai foi a primeira comoção verdadeiramente nacional, desde a independência, 43 anos antes” e o discurso do voluntarismo, mobilizava os sonhos da mocidade bem nascida, muitos desses leitores assíduos de obras do heroísmo nativo, esses tinham os seus sentimentos nacionalistas exacerbados desde as interferências britânicas nos negócios do país, no episódio que passou à história como a Questão Christie.

Em seu livro, o autor nos apresenta outro caso bastante interessante e ilustrativo: o de Cândido da Fonseca Galvão, Dom Obá d’Africa, brasileiro, natural da Vila dos Lençóis, no sertão da Bahia<sup>25</sup>. Nasceu por volta de 1845, filho de africanos forros e por direito de sangue, príncipe africano, neto do último soberano que manteve unido o grande império de Oyó, na segunda metade do século XVIII. Lutou na Guerra do Paraguai como oficial do 24º Corpo de Voluntários da Pátria. Dom Obá não apenas alistou-se, como

<sup>23</sup> Dionísio Cerqueira, *Reminiscências da Guerra do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1980. p. 47

<sup>24</sup> Eduardo Silva, *Dom Oba d’ África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>25</sup> A Bahia foi a província que comparativamente forneceu o maior número de voluntários. Isto pode ser explicado pelo fato de que essa província ainda estava sentindo os efeitos da seca de 1859-62, quando com certeza, grande parte desses voluntários vislumbrou no alistamento uma forma de sobrevivência, pois no mínimo teriam teto e comida.

promoveu uma campanha em sua cidade para que outros jovens se apresentassem, conseguindo arregimentar 30 de seus concidadãos.

A participação de Dom Oba d'Africa na guerra se torna um fato ilustrativo na medida que este nos possibilita notar o quanto a guerra veio alterar a sua vida, pois o mesmo incorporado-se ao Exército voluntariamente, sai do sertão da Bahia e rumo para o sul, onde vive todas as adversidades e agruras da vida de um exército em campanha, é ferido em combate e retorna ao país e a sua cidade. No entanto, ele não era mais o mesmo homem; o cotidiano da vida em campanha o transformou, sua pequena Vila dos Lençóis com seu universo restrito não mais o comportava, tinha agora uma nova visão de mundo e em função dessa novos anseios, a fim de supri esses, ampliou os seus horizontes migrando para a Corte, onde passa a militar pelo reconhecimento da sociedade aos seus feitos durante a guerra. Notamos aí uma tomada de consciência quanto ao seu valor enquanto elemento ativo na sociedade, o surgimento de uma consciência de historicidade. Isso só foi possível devido a sua inserção em um contexto diferente daquele ao qual estava acostumado, vivendo um novo cotidiano, que por sua vez foi preparado em uma campanha nacionalista pela política do Império, ou seja, sua consciência de superioridade e do valor que devia resgatar agora que se encontrava na Corte, era consequência não apenas de uma consideração de seu valor pessoal, mas também de um valor histórico que foi explorado pela propaganda Imperial no ante-guerra. Podemos nos assegurar dessa assertiva através do memorial que se segue, no qual Dom Obá II, externa seus sentimentos e solicita uma pensão e uma condecoração ao imperador:

*[...] Senhor em 1865 tendo sido agredida e vilipendiada a honra e integridade Nacional, pelo déspota ex-governo do Paraguai, inspirado Sacrossanto amor do Patriotismo alistei-me como verdadeiro soldado nas fileiras das valentes falanges dos briosos Voluntários da Pátria que marcharam depois que me achava na referida Campanha feito em diversos combates [...] Sendo ferido em combate fiquei inutilizado da mão direita, que priva-me granjear o pão para subsistir-me e minha família como provo com os atestados do distinto Dr. Em medicina [...] Vossa majestade, atendendo os meus serviços na Campanha concedeu-me as honras de alferes do exército, porém me achando inválido também sou digno de uma pensão e sem está, não posso viver com dignidade como exige a minha pequena posição na sociedade por isso imploro a Vossa Majestade Imperial a graça de conceder-me uma posição correspondente ao meu posto, assim como uma honra honorífica preferindo o oficialato da Ordem de Cristo por ser a legião da minha Pátria Católica Romana a qual professo. Confio no magnânimo Espirito de Vossa Majestade Imperial espero as*

*graças impetradas. O humilde súdito de Vossa Majestade Imperial. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1874. Cândido da Fonseca Galvão, Alferes Honorário”.*<sup>26</sup>

O mesmo processo de lutar por reconhecimento pode ser observado em outros setores da sociedade, em um trecho que reproduz um diálogo travado, em 15 de novembro de 1889, entre o marechal Deodoro da Fonseca, chefe do levante militar e ex-combatente da Guerra do Paraguai e o Visconde de Ouro Preto, presidente do último conselho de Ministros da Monarquia, que poria fim a sessenta e sete anos de regime monárquico.

*No meio do mais profundo silêncio, cientificou-me de que se pusera à frente do exército pra vingar as gravíssimas injustiças por ele recebidas do governo [...] Só o exército, afirmou, sabia sacrificar-se pela pátria e, no entanto, maltrataram-no os homens políticos, que até então haviam dirigido o país. Apesar de enfermo, não se pudera excusar de dirigir seus camaradas por não ser homem que recuasse diante de coisa nenhuma, temendo só a Deus. Aludiu aos seus serviços no campo de batalha, rememorando que pela Pátria estivera durante três dias e três noites combatendo no meio de um lodaçal, sacrifício que eu não podia avaliar. Declarou que o ministério estava deposto [...]”.*<sup>27</sup>

Um Deodoro hesitante, talvez por ser monarquista e leal ao Imperador, apresenta os motivos que o levaram a colocar-se à frente do Exército. Em sua explanação faz uma nítida referência ao seu cotidiano nos campos de batalha demonstrando como esse foi marcante em sua vida. Assim como para Deodoro a vida e combate em campanha, durante a Guerra do Paraguai foi um divisor de águas, para todos aqueles que dela também tomaram parte o mesmo sentimento é compartilhado, o que por conseguinte veio a alterar as suas vidas e em uma escala maior, a vida de todo o país.

Nem só de voluntários constituíram-se os contingentes. Contudo, homens livres e pobres das cidades e do campo foram os alvos preferenciais do recrutamento. Esses seguimentos constituídos em sua maior parte por negros ou mestiços, juntamente com libertos comprados para a guerra e incorporados ao Exército como homens livres, formaram a maior parte dos contingentes que lutaram na guerra do Paraguai.

Outra demonstração de integração e reconhecimento de elementos considerados até então considerados marginais pelos padrões vigentes, notamos no relato

<sup>26</sup> Eduardo Silva, op. cit., Apêndice B, p. 189.

<sup>27</sup> Hélio Silva. 1889: a república não esperou o amanhecer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 483 in Wilma Peres Costa, op. cit. p. 19

sobre o 31º Batalhão de Voluntários, oriundo do rio de Janeiro e do qual faziam parte os capoeiras os quais traziam enormes transtornos para a população urbana da província segundo a crônica policial da época. Estes incorporados a força ao Exército, empregaram, com eficiência, suas habilidades desempenhando um papel fundamental nos diversos combates nos quais tomaram parte, como por exemplo, Curuzu (setembro de 1866), o assalto do Estabelecimento (agosto de 1868), Humaitá (dezembro de 1868), Itororó e a ocupação de Assunção(janeiro de 1869). Observemos o trecho do livro de Carlos Eugênio Libaneo Soares que relata uma ação da qual os capoeiras tomaram parte:

*Vendo esgotadas as munições em pleno combate corpo a corpo, ao ultrapassarem a fatídica ponte, retiraram os sabres-baionetas e jogaram fora as inúteis espingardas, lançando-se com ímpeto irresistível contra as trincheiras inimigas e atacando seus defensores à arma branca e golpes de capoeiragem.*<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup>, Carlos Eugênio Libaneo Soares – A negra Instituição : Os Capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, vol. 34, 1994.

## 4. VIDA E COMBATE EM CAMPANHA

### 4.1. Padrões dentro dos quais se deu a guerra

A guerra do Paraguai pode ser enquadrada dentro do conceito de uma nova modalidade de conflito, o da “guerra total”, pois mobilizou recursos humanos e materiais em larga escala e em âmbito nacional, se deu dentro de uma nova realidade tecnológica empregando novos armamentos e equipamentos como armas de repetição, artilharia de alma raiada, balões aerostáticos para observação, encouraçados, trincheiras, hospitais de campanha entre outras, inovações características que implicam no aumento da mortandade e na gravidade dos ferimentos em combate, que no caso de um serviço de saúde deficiente redundarão inevitavelmente no aumento do número de óbitos. Foi a segunda a dar-se dentro desses parâmetros a primeira foi a Guerra de Secessão nos EUA é comparável a Guerra da Criméia,. nestas guerras também ocorreu a modernização nos meios utilizados. Num dado momento essa chegou próximo ao que foi a I Guerra Mundial, uma guerra estática de posições, onde inimigos ficavam meses, anos, frente a frente dentro de trincheiras.

Como a Guerra do Paraguai iniciou-se logo após o término da guerra civil norte-americana, os chefes militares brasileiros não tiveram tempo, nem condições intelectuais para assimilar os ensinamentos dessa nova modalidade de conflito. O Exército Brasileiro operou no início da guerra a partir de táticas decorrentes da doutrina militar implementada em 1855 por Caxias, quando ministro da Guerra. Esta foi elaborada a partir da experiência nas lutas internas brasileiras e sob influência portuguesa, inglesa e francesa. A infantaria adotou o sistema de instrução proposto pelo coronel do Exército português Bernardo Antonio Zagalo, esse preconizava o domínio da ordem unida no campo de batalha que visava a realização do tiro nas melhores condições, seja avançando ou recuando, podendo ser a pé firme ou a cavalo, em conjunto ou por atirador. A baioneta, arma branca, era utilizada como arma ofensiva no assalto e na defensiva contra o ataque da cavalaria, durante estes os infantas deveriam concentrar-se na forma geométrica de quadrados “formando um ouriço de aço”. A cavalaria, por sua vez adotou o regulamento de

tática do general inglês Beresford, segundo o qual o objetivo dessa arma era o ataque, tendo em vista tirar proveito de suas características, a velocidade e poder de choque. A artilharia montada usava o regulamento francês, elegendo como seus alvos principais a infantaria e cavalaria inimigas. Havia também os chamados corpos especiais junto aos quais se encontrava o Corpo de Engenheiros, sendo esse encarregado de organizar o terreno e proporcionar a transposição de pequenos cursos d'água. O Corpo de Engenheiros, apesar de pouco valorizado por oficiais sem formação acadêmica militar e conseqüentemente sem visão da necessidade deste, foi fundamental nas operações de guerra, que em sua maior parte se deu em terrenos pantanosos ou cortados por rios, além da rápida construção sistemas defensivos que se fizeram necessários como trincheiras e obstáculos.

A organização militar dos primeiros contingentes brasileiros enviados aos campos de batalha baseou-se nos padrões caudilhescos e improvisados de guerrear, que predominaram nos conflitos anteriores na região platina, acrescidos a deficitária estrutura militar existente no império.

Os conflitos ocorridos anteriormente na região platina tinham como características a curta duração, eram rápidos, como fator preponderante no combate predominava a ação cavalaria, sendo que o armamento principal baseava-se na utilização de espadas e lanças. Os chefes militares brasileiros fizeram a carreira combatendo em conflitos que seguiam esses padrões, inexistia a preocupação com um sistema de abastecimento logístico sistematizado, que fornecesse os meios necessários para a subsistência das tropas em combate, como no que diz respeito a víveres, fardamento, suprimento de munição, manutenção de material bélico, apoio de saúde eficiente. Até então o exército em campanha deveria viver do terreno, isto é através do saque e do que a região lhe fornecia.

Apesar das enormes dificuldades proporcionadas pelo próprio combate e potencializadas pelas deficiências da organização militar vigente, a guerra prosseguiu em sua fase inicial com a supremacia aliada, na maior parte dos combates. Porém quando a guerra chegou ao impasse de Humaitá, verificou-se que para obter-se sucesso naquela empreitada, seria necessário um novo tipo de organização militar, um vez que os padrões em voga não correspondiam a nova modalidade de conflito que ora se dava. Isto só veio a ocorrer em 1867, após um ano e meio após o início do conflito, quando Caxias assume o comando das tropas e promove reformas no exército como um todo.

Durante dois anos. Os aliados permaneceram imobilizados, emboscados pelos paraguaios, tateando em meio ao matagal e a pântanos, na busca de uma alternativa para alcançar Humaitá. Neste período sofreram com a mortandade decorrente do local insalubre em que o acampamento estava instalado, e a desmoralização da tropa em decorrência da imobilidade.

#### 4.2. Cotidiano da guerra

De acordo com John Shultz,, a vida do soldado era como se vê precária: passava cinco anos nos pântanos paraguaios, com apenas um uniforme por ano, sob a constante ameaça de um inimigo e também do cólera<sup>29</sup>. O cotidiano das tropas em campanha durante todo o conflito foi marcado por adversidades de todas as ordens, desde os primeiros momentos do conflito. A maior parte do efetivo dos Voluntários da Pátria era composta por elementos oriundos do Norte e Nordeste<sup>30</sup>. Estas se deslocavam para o sul do império em péssimas condições alojados em apertados porões de vapores, os quais faziam lembrar das condições nas quais escravos eram trazidos da África para a América, quando conseguiam chegar destino pois era comum acontecerem naufrágios, sofriam com os rigores da abrupta mudança de clima, que ocasionava inúmeras doenças e epidemias, que assolaram as tropas a ponto de que algumas fossem dizimadas mesmo antes de entrarem em combate. Os combatentes gaúchos numa atitude de pilheria vaziam versos sobre as suscetibilidades de seus compatriotas: *Mandai, Mãe de Deus, mais alguns dias de minuano, para acabar com tudo que é baiano.*<sup>31</sup>

Para a gente simples do Rio Grande do Sul, os guascas, o termo baiano designava os brasileiros de qualquer outra província. Segundo Dionísio Cerqueira, *para eles o Brasil dividia-se em duas partes: uma, muito grande e de bons ginetes, a que davam o nome de província; a outra, a Bahia, pequena, e de gente que não sabia montar a cavalo.*<sup>32</sup>

Nota-se também nessa fase da guerra a total inadequação de uniformes ao clima, Ricardo Sales cita um caso de soldados brasileiros, praticamente nus, trajando apenas uma peça de couro, combatendo durante a invasão do Rio Grande do Sul, sendo a

<sup>29</sup> John Schulz– O exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1994.

<sup>30</sup> Segundo os dados por Paulo Duarte

<sup>31</sup> Cerqueira, op. cit. p.72

<sup>32</sup> Idem Ibidem.

gangrena ocasionada pelo frio um mal muito comum entre os combatentes, ocasionando amputações e óbitos.

Havia também o problema da alimentação deficiente, pois essa era basicamente carnívora, tipicamente à moda do sul, a qual os combatentes de outras regiões do país estavam poucos afeitos, principalmente os oriundos da região Norte e Nordeste. A cada soldado cabia o preparo de sua refeição, não havia um rancho centralizado, às vezes diante dos poucos recursos disponíveis faziam um pirão com farinha mofada, denominado de “engasga gato”, raramente recebiam arroz e bolachas. Dionísio Cerqueira recolheu, em suas reminiscências, uma quadra comum entre os soldados, que retratava o provimento de gêneros alimentícios por estes recebidos, de acordo com a sucessão cronológica dos comandantes da força: *Osório dava churrasco/E Polidoro farinha/O Marquês (de Caxias) deu-nos jabá/ E sua Alteza (o conde D'EU), sardinha (em lata)*.<sup>33</sup> Se formos observar a máxima de Napoleão: “os exércitos marcham sobre seus estômagos”, notamos o quanto da marcha do exército imperial foi retardada, tendo em vista a questão do suprimento de gêneros à tropa, que além de dificultar a adaptação dos novos soldados à região, foi um dos fatores que ocasionaram a debilitação da tropa dos pontos de vista físico e psicológico, o que promovia um rebaixamento do seu nível moral, ocasionando como consequência, direta e imediata, o baixo rendimento da mesma em combate.

Um fato interessante que nos chama a atenção ao nos debruçarmos sobre o cotidiano da guerra era a presença de mulheres e crianças que acompanham os combatentes em todos os exércitos envolvidos no conflito. Essas não só desempenhavam o papel de amantes, mas tinham um papel bastante ativo no cotidiano da tropa. Chegando as vezes a se engajarem no combate propriamente dito, porém era mais comum avista-las a seguir as colunas em marcha, dividindo os restos dos soldados com as crianças. O argentino Francisco Seeber escreveu em 1866 [...] Essas infelizes seguem nossos movimentos, se vestem pobremente se alimentam com o que sobra, vivem sob os galhos, lavam e cozinham para os feridos e lhes dedicam os maiores cuidados quando ficam doentes ou caem feridos. Seus maridos ou amigos muitas vezes as tratam mal e elas morrerão no esquecimento.<sup>34</sup> Taunay em suas memórias relata: “[...] em geral muito feias, quase repulsivas, com exceção apenas de três ou quatro, [...] Mais de duzentas dessas pobres coitadas lá iam aos trambolhões pela imensa estrada afora, algumas carregadas de crianças, desgraçadas

<sup>33</sup> Cerqueira, op. cit. p.80

<sup>34</sup> Guerra Maldita, p. 272

amásias ou legítimas esposas de soldados. [...] a do alferes Melchiades não era de todo desgraçada. Esta engravidou em marcha. Montou até os últimos dias de gravidez e teve o filhinho com toda a felicidade”.<sup>35</sup>

Além de famílias seguiam as tropas em marcha eram seguidas por comerciantes, prostitutas e aventureiros de toda espécie em busca de conseguir algum lucro com a tropa. A cada estacionamento da tropa quando esta acampava, surgiam ao seu lado verdadeiras cidades de lona onde poderia se encontrar de tudo, seus fregueses contumazes eram os oficiais tendo em vista que o soldo dos soldados era atrasado de no mínimo três meses, pois segundo seus chefes a eles não fazia falta uma vez que a pátria lhes dava o necessário para a sobrevivência.

Devido as péssimas condições de higiene, aliadas a uma alimentação ná<sup>o</sup> adequada, a um terreno insalubre, os pântanos paraguaios, que são muito frios no inverno e insuportavelmente quentes no verão, e a um serviço de saúde que deixava a desejar muito, as epidemias foram muito comuns durante tida campanha, porém a doença que marcou a guerra do Paraguai foi a Cólera Morbus, devastando as fileiras de todos os exércitos envolvidos no conflitos, nos dois teatros de operações.

---

<sup>35</sup> TAUNAY, Alfredo d' Escagnolle. Memórias. 1960.

## 5. O “TRANSTORNO DAS CLASSES”: O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA

### 5.1. O exército e os escravos

O exército ao amalgamar em suas fileiras elementos de várias procedências, inclusive escravos, tornou-se talvez a instituição monárquica com maior representatividade popular de que se tem notícia. Esta permeabilidade existia na razão inversa à resistência dos senhores de escravos ao recrutamento, ciosos que estavam de suas propriedades. A Guerra do Paraguai atuou como um elemento desestabilizador do trabalho escravo.<sup>36</sup>

Os ânimos originais das apresentações para a guerra se arrefeceram, na medida em que se deu o retorno do Imperador à corte, e chegavam notícias que do front, transmitidas pela imprensa ou trazidas por combates que por motivos diversos eram retraídos do campo de batalha. Essas não eram nada encorajadoras, falavam em penúria e mortes em larga e violenta escala. Além disso havia o fato que em princípio esperava-se que o conflito fosse breve, tal qual os anteriores ocorridos na região, porém agora se notava que essa concepção era falha, o conflito seria longo e cruel.

A população tomou conhecimento de que os pântanos paraguaios constituíam-se num grande açougue a céu aberto, ávido por mais produto. Este fato levou a população a resistir ao recrutamento, fazendo para isso uso dos mais diversos expedientes, como fugir para regiões desabitadas e inóspitas, servir como mão-de-obra gratuita a senhores de terra que os ocultassem e até mesmo casando-se com senhoras idosas como retratam relatos e a sátira iconográfica da época. Em consequência ao aumento da resistência da população a se apresentar o governo encontrou uma grande dificuldade em preencher os claros da tropa e em virtude disso intensificasse o debate sobre a possibilidade de se integrar de forma oficial escravos nas fileiras do Exército.

Através de um dispositivo legal autorizou-se a prática da substituição dos Guardas Nacionais por substitutos. Primeiramente pela necessidade de se enviar novos contingentes para a guerra e em segundo lugar por possibilitar a determinadas classes ou

---

<sup>36</sup> José Prata de Sousa, *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. p. 112

segmentos sociais de ausentarem-se de seus deveres cívicos. A substituição direcionou a ação do recrutamento a escravaria disponível. Nos primeiros anos da guerra escravos recém-libertos foram enviados para as áreas em conflito em substituição aos guardas nacionais destacados provenientes de famílias abastadas, ou para preservar guardas em seus postos em seus municípios escravistas

Devido à falta de registros documentais é extremamente difícil levantar a quantidade de escravos que combateram na Guerra do Paraguai. Mas uma coisa, entretanto, é certa: os escravos tomaram parte efetiva nos combates durante todo o conflito.

Numa sociedade escravista, como era o caso da brasileira, o recrutamento de mão-de-obra cativa é necessário à lógica da reprodução econômica. Esse modelo econômico começou a sofrer sérios abalos a partir de 1850, com a abolição do tráfico de escravos africanos, que cortou oficialmente e de forma definitiva o fornecimento da mão-de-obra escrava, com exceção de alguns comerciantes mais ousados que se aventuravam em operações clandestinas, desafiando as leis inglesas e desembarcando o seu produto ilícito em pontos da costa brasileira.

Esta interrupção ocorreu num momento crucial para a economia Imperial: a demanda de mão-de-obra aumentou tendo em vista atender as necessidades da nova fronteira agrícola que surgia, o oeste paulista. Ao mesmo tempo, o vale do Paraíba, na Província do Rio de Janeiro, iniciava um processo de revitalização, fruto do aumento da produção cafeeira. A fim de atender esta demanda acentuou-se o tráfico interno de escravos, provenientes principalmente das províncias do nordeste que se encontravam decantes tendo em vista a quebra do mercado açucareiro. Neste período cogitou-se a possibilidade de substituir-se a escravaria por trabalhadores livres europeus, mão-de-obra mais propensa ao trabalho produtivo, além de já estar inserida numa racionalidade do tipo capitalista.

Através do exposto percebe-se que a questão da necessidade do aumento dos efetivos militares do país vinha de encontro à outra, que era a carência de mão-de-obra - ao cogitar-se a convocação de escravos para a guerra esbarrava-se nesse problema. Esse porém não era o único. Havia um problema de ordem moral que se apresentava num do exército cujo contingente era baseado no uso maciço da população cativa: como recrutar escravos como soldados e ao mesmo tempo difundir a ideologia dos Voluntários da Pátria? Por menor divulgação que tivesse significava reconhecer o escravo como cidadão, algo

bastante contraditório, pois em toda a história social e institucional o atributo do homem livre era justamente portar armas e ir à guerra<sup>37</sup>.

A questão do recrutamento de escravos para comporem os efetivos do exército foi um tema muito polêmico, gerando discussões nos diversos setores da sociedade na medida em que esse fato abalava as estruturas socioeconômicas do império, indo de encontro a interesses de ordem diversa.

Durante grande parte do período em que a escravidão foi uma instituição no Brasil sempre houve uma grande preocupação, principalmente por parte das elites, quanto à manutenção da disciplina da grande massa negra, temia-se uma grande rebelião, principalmente após o fato ocorrido no Haiti em 1791, onde os escravos se rebelaram assassinando seus proprietários, quase exterminando a população branca, decretando a abolição do trabalho escravo e assumindo o governo do país, tudo sob o comando do negro liberto Toussaint Louverture. Agora como seria possível instruir e armar uma grande massa de escravos para a guerra e simultaneamente manter o sistema que os oprimia? É importante ressaltar que este setor social trouxe para o seio do Exército os seus anseios e visões de mundo

No Brasil a mobilização de tropas era considerada, desde o início elemento de risco para a hierarquia social, já que recursos de poder como as tropas da Guarda Nacional tinham de ser desviadas para a campanha. *Percebia-se a fraqueza básica de um país que não podia contar com boa parte da população para lutar e que tinha enorme retaguarda para proteger contra um inimigo interno.*<sup>38</sup> Esse “inimigo interno” coabitava com o restante da população, da qual era elemento integrante e ativo, nas grandes e pequenas cidades, nos campos, enfim era um elemento presente e fundamental no cotidiano de todos.

Porém a questão do recrutamento do escravo para guerra também foi vista por alguns setores como uma forma de solucionar um grave problema social, que mais dia ou menos dia poderia eclodir numa grande convulsão social de efeitos nefastos para a sociedade escravista, que era a questão da escravaria. Na sociedade alguns setores já percebiam a inevitável falência do sistema socioeconômico, pois o mesmo já estava comprometido, vislumbravam a adoção da mão-de-obra livre, inserida dentro de um novo contexto socioeconômico. Sendo que dentro desse novo modelo não havia lugar para aqueles elementos tidos como elementos de segunda categoria, agora dispensáveis, e

---

<sup>37</sup> Ricardo Salles, Op. Cit. p. 1.

<sup>38</sup> José Murilo Carvalho, Teatro das Sombras.

tomando por base a imagem de que a sociedade que fazia de si para si mesma, uma imagem europeizada, como sendo composta por cidadãos brancos, cultos e civilizados.

A possibilidade de enviar escravos para a guerra acenou como uma via, de se não acabar, pelo menos se amenizar os problemas causados por uma grande população escrava, pois o envio de parte dessa aos campos de batalha significaria o extermínio de parte do problema. Podemos notar essa tendência através do discurso do Conselheiro Pimenta Bueno que via na incorporação de libertos ao exército vantagens para o “branqueamento” da população, percebamos os motivos que movia o mesmo em a favor da alforria:

*1) por que a política aconselha em vez de diminuir a população livre, pelo contrário, se diminua o número de escravos; 2) porque é um meio de emancipação que, desde logo, dá destino e ocupação aos emancipados; 3) porque embora esses braços façam falta à lavoura, mais falta fazem os braços dos filhos, parentes, ou jornaleiros dos agricultores, muitos dos quais representam núcleos de futuras famílias trabalhadoras, núcleos que a guerra vai extinguir; 4) porque não sendo nossa sociedade homogênea, é preferível poupar a classe mais civilizada e mais moralizada, e não a outra que o é menos e pode ser perigosa[...]; 5) porque o recrutamento entre homens livres será cada vez mais difícil, atentas as circunstâncias especiais do país.<sup>39</sup>*

A libertação de escravos para o serviço do exército foi posta em prática, limitada aos escravos da nação, através do decreto baixado em 6 de novembro de 1866, que trazia em seu texto: “os escravos da nação, do estado, que servissem no exército em guerra ganhariam a liberdade”, e os donos que libertassem os seus escravos para este fim seriam recompensados monetariamente<sup>40</sup>. A partir deste decreto se abriu um processo de integração dos escravos nas fileiras do exército, de forma oficial, pois não poucos dos ditos “Voluntários da Pátria” podem ter sido escravos incorporados às fileiras à força como podemos notar no Relatório do presidente de Província do Rio Grande do Norte do ano de 1866 que tratava dos efetivos embarcados para a guerra: [...]Destas praças somente restam sete, pois embarcarão 23, desertarão[...] uma teve baixa por haver o Tenente-Coronel João Chrisostomo Bezerra Cavalcante provado que era seu escravo[...].<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Wilma Peres Costa, op. cit. p. 247-248.

<sup>40</sup> Escravos da nação eram africanos que entrados ilegalmente no país, após a proibição efetiva do tráfico em 1850, haviam sido apreendidos e encontravam-se sob os cuidados do Estado. Escravos da casa Imperial e dos Conventos eram doações particulares destas entidades, no caso dos primeiros da família do Imperador ao estudo para colaborar com o esforço de guerra.

<sup>41</sup> Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte, 1866, Exposição, p.34

Temos que lembrar que devido ao caráter preconceituoso da sociedade, normalmente o negro era associado à escravidão. Daí a percepção dos batalhões brasileiros como sendo batalhões formados por escravos, essa percepção além de ser motivos de galhofa, foi utilizada como elemento de Guerra Psicológica, no sentido de abalar o moral das tropas por parte dos paraguaios; sendo que os próprios aliados argentinos e uruguaios tratavam os soldados brasileiros por "*los Macaquitos*", designação que até hoje nossos aliados do sul utilizam para se referirem aos brasileiros. Não foi só o exército brasileiro que fez uso de escravos, este recurso também foi utilizado pelo Paraguai e Uruguai.

Roberto Salles<sup>42</sup> acredita que o número de escravos combatentes, os libertos, não ultrapassava 10% do conjunto das tropas. Aliás, as afirmações de que o Exército Imperial era um exército de escravos, explicita um fator cultural que associava a etnia negra a escravidão, fator ainda presente no senso comum de nossa sociedade onde concebesse a escravidão como um atributo exclusivo da etnia negra, considerando-se como sendo próprios a etnia caucasiana a liberdade e a dominação, demonstrando-se dessa forma desconhecimento histórico do sistema econômico baseado na escravidão, além de expor conceitos desvirtuados e características preconceituosas inerentes a sociedade brasileira.

Se num primeiro momento o escravo apareceu esporadicamente como substituto de Guardas Nacionais convocados, depois passou a fazer parte do efetivo necessário ao Exército e a Marinha<sup>43</sup>.

## 5.2. O exército e as camadas médias

Tendo em vista a atender as necessidades prementes de aumento nos efetivos militares, o governo se viu obrigado a buscar elementos fora dos estratos sociais a que habitualmente recorria para compor as fileiras do exército, as camadas mais pobres e desprotegidas da população. Com a introdução de uma nova ideologia e acenando com distinções e vantagens, alcançou os setores livres da população que até então estiveram livres do recrutamento militar, as camadas médias da população. Essas eram compostas por pequenos comerciantes, profissionais liberais, intelectuais e funcionários da burocracia estatal, entre outros novos elementos presentes no novo cenário urbano, que se configurava desde de 1850 em decorrência da abolição do tráfico de escravos que liberou capitais que

---

<sup>42</sup> Ricardo Salles, op. cit. p.

<sup>43</sup> José Prata de Sousa. Escravidão ou morte. 1996.

propiciaram o incremento da uma vida comercial urbana e da incipiente industrialização brasileira, fatores que ocasionaram o aumento do trabalho assalariado.

Os elementos oriundos dessas classes por sua posição eram sua maior parte em alfabetizados e tinham acesso à cultura européia, foram bem acolhidos no seio do Exército que desde a reforma pelo qual passou em 1850 já contava com um certo número de elementos desse seguimento social em suas fileiras, ocupando posições de comando é claro, o advento da guerra veio colaborar para a aceleração desse processo.

Ao verificarmos quais eram os pré-requisitos para os cidadãos se alistarem na Guarda Nacional, notamos que os mais importantes eram os de caráter sócio econômico: “ser filho de família, ter entre 18 a 50 anos e se apresentar com a quantia mínima de duzentos mil réis”, daí o caráter elitista da composição de suas tropas, despossuídos não faziam parte destas, pelo menos antes do início da guerra. Dessa forma podemos perceber o motivo da relutância de parte de seus efetivos em atenderem ao chamamento para a guerra, fruto disso notasse que não foi à toa que o Decreto Imperial, que convocou os Voluntários da Pátria, fazia referência aos Guardas Nacionais, estendendo àqueles que se apresentassem voluntariamente, todas as benesses apresentadas no corpo do decreto que eram oferecidas aos Voluntários da Pátria.

A carência de guardas nacionais para manterem a ordem e os interesses de familiares no sentido de preservarem os seus filhos, levaram a algumas elites locais a oferecerem e enviarem recém-libertos como substitutos.<sup>44</sup>

Ao serem incorporados às fileiras do exército, elementos oriundos das classes médias eram na maior parte dos casos imediatamente promovidos, como foi o caso do personagem Jorge, de Iaiá *Garcia*, que foi promovido ao posto de capitão.<sup>45</sup> Apesar de ser uma ficção, esse fato correspondia a realidade, como podemos notar em diversos relatos dos memorialistas, como Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel<sup>46</sup>, pernambucano da Vila de Formoso, que foi o primeiro habitante de sua localidade a alistar-se e que, possuindo um nível intelectual superior a media dos demais conscritos, que se constituía em sua maior parte de analfabetos, foi promovido de pronto à graduação de 2º sargento, sendo comissionado ao posto de alferes em setembro de 1865.

O mesmo podemos notar no diário do Sr Francisco Pereira da Silva Barbosa, que nasceu “no dia 2 de Abril de 1843, em um Domingo, às 8 1/2 horas da noite, na

<sup>44</sup> Escravidão ou morte p. 63

<sup>45</sup> Machado de Assis, op. cit., p.33.

<sup>46</sup> Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel. Episódios Militares. 1978.

*Fazenda do 'Caximbau', povoação da Serrinha, Província do Rio de Janeiro*<sup>47</sup>, que apresentou-se como Voluntário da Pátria tomando parte nos principais combates durante toda a guerra, e por mais incrível que possa parecer, foi um dos 96 que regressaram, dos 728 jovens voluntários componentes do mesmo batalhão, que partiram para a guerra permanecendo em ação durante exatamente 5 anos e 53 dias: “[...] Assentei praça no 1º Corpo de Voluntários da Pátria, a 17 de Fevereiro de 1865, em conformidade como Decreto nº 3371, de 7 de Janeiro de 1865. Fui incluído na 6ª Companhia sob o nº 4 e promovido a 18 ao posto de Forriell da mesma. Por aviso do Ministerio da Guerra de 23, foi-me concedido o direito de usar distintivo de ‘Soldado Particular’ [...]”.<sup>48</sup> Ainda não esqueçamos do nosso Dom Obá II, que pouco depois de ser incorporado foi nomeado para alferes da 3ª Companhia de Zuavos Baianos.<sup>49</sup>

O ingresso de setores médios nas fileiras e a formação de camadas amplas de oficiais e suboficiais, devido as necessidades do momento, foram detectadas e apreciadas por Caxias que durante o conflito manifestou seu interesse nesse estrato social como a base para a reformulação dos quadros do Exército.

### 5.3. Dilemas no seio do Exército em formação

Além dos problemas referentes à organização e administração do exército imperial em campanha, que já causavam enormes transtornos, havia uma questão básica e de caráter fundamental para qualquer força armada de uma nação, a qual tem como missão precípua à defesa da pátria, contra seus inimigos externos e internos, além da garantia de seus interesses, sejam eles quais forem e em qualquer situação. A constituição de uma força armada de caráter nacional seja ela qual for, é estruturada de acordo com uma concepção filosófica baseada numa doutrina, sendo esta fruto de uma tradição milenar que amalgama uma gama de valores culturais, próprios e característicos, das atividades da guerra e das práticas dos homens que a fazem, os guerreiros. Pelas suas peculiaridades a prática guerreira requer de seus praticantes a interiorização de uma série de valores, como o patriotismo, a honra, a coragem e a total dedicação à missão. A fim de que um exército

<sup>47</sup> Vânia Fernandes Barbosa v. Clementino, Guerra do Paraguai: Diário de um Voluntário da Pátria. <http://www.geocities.com./cvidalb2000>

<sup>48</sup> Idem ibidem

<sup>49</sup> Eduardo Silva, op. cit. p.48. A tropa de Zuavos era composta exclusivamente por negros.

nacional possa obter sucesso em sua empreitada é fundamental que esses valores estejam impregnados em seus integrantes.

Uma das grandes questões que estavam presentes no seio do exército durante a Guerra do Paraguai, enquanto instituição militar foi: Como seria possível o exército imperial adotar e interiorizar valores nobres, como pátria e honra, uma vez que suas fileiras encerravam majoritariamente integrantes de grupos socialmente marginalizados como os ex-escravos, comprados e incorporados ao exército como homens livres, e homens livres e pobres, da cidade e do campo, elementos destituídos dos direitos políticos mais elementares e estigmatizados socialmente. Reconhecer valor seja ele qual for em tais homens seria por em questão as próprias bases da sociedade.

Podemos notar a preocupação dos Chefes militares, através do discurso de Caxias um típico representante do pensamento das elites monarquistas e escravistas da época: Em Carta reservada enviada ao ministro da guerra, Caxias trata sobre no que para este constituía-se num grande problema:

*V. Excia, sabe que infelizmente, tem hoje a honra de se acharem nas fileiras do Exército, muitos soldados que deixaram os ferros da escravidão para se constituírem defensores e guardas da nação Brasileira. Infelizmente é também verdade sabida que a maioria desses indivíduos constituía tudo quanto à escravidão encerrava em si de mais abjeto e degradante.*<sup>50</sup>

Apesar das inovações tecnológicas introduzidas durante a guerra e a perspectiva do surgimento de uma nova estrutura militar profissional e baseada em na incorporação de elementos oriundos de diversos setores da população, os valores e visões de mundo mantido pelos Chefes Militares correspondia aos valores da sociedade escravista, sendo que estes eram de certa forma antagônica aos de grande parte do contingente, como observou Vitor Izecksohn: [...] *O exército dessa forma levou para a guerra do Paraguai as ambigüidades que marcaram toda a estruturação de seu sistema político*[...].<sup>51</sup>

O que nos chama a atenção ao lermos os relatos produzidos pelos contemporâneos ao conflito são os atributos morais e valores ressaltados no decorrer do conflito. De forma recorrente encontra-se nos relatos dos memorialistas e documentos

<sup>50</sup> In: SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

<sup>51</sup> Vitor Izecksohn – O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: 1997.

oficiais da época as formas como se davam as batalhas e os enfrentamentos, contidos na bibliografia que consultamos. Através da leitura destes documentos encontramos os valores dominantes da época. Valorizava-se a coragem com honra e tradição, os ataques eram planejados de forma a valorizar o garbo e o destemor em detrimento ao emprego de medidas táticas mais apropriadas como o aproveitamento do terreno como proteção e o emprego de camuflagem. Tais relatos demonstram o grande valor que era atribuído a nobreza de espírito, o desprendimento moral, o culto à bravura e à dedicação à Pátria e o sacrifício da vida no leito de honra. Para a elite imperial os segmentos marginais introduzidos nas fileiras do Exército eram destituídos de tais atributos.

Em carta confidencial ao ministro da guerra Caxias relata: “[...] a introdução do elemento servil nas suas fileiras( do Exército) esteja produzindo já seus efeitos maléficis resultados[...] por homens, que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, e que se consideram ainda escravos, que apenas mudaram de senhor [...]”.<sup>52</sup>

Apesar de sua preocupação com a composição social de parte da tropa Caxias sabia que para a consolidação do Exército como uma instituição profissional, seria necessário abrir mão de velhos privilégios e renovar seus quadros através de critérios que premiassem os mais competentes. Na sua opinião, os oficiais e praças dos Corpos de Voluntários que se destacassem em combate deveriam ser promovidos e efetivados à força.

Apesar de os chefes militares estarem impregnados de valores preconceituosos, os critérios vigentes de premiação e castigo seriam aplicados a todos os soldados, independente de sua origem ou cor, pois a manutenção da disciplina de um exército assim o exige, principalmente quando este está em campanha, pois o mesmo deve estar unido e coeso, mesmo que essa coesão seja feita de maneira coercitiva. Como tudo dentro de um exército, a aplicação de uma punição tem uma execução ritualística e é de caráter simbólico e principalmente pedagógico. O regulamento disciplinar, então em vigor, havia abolido o uso do chicote como instrumento de ação disciplinar. Porém, manteve a utilização das pranchas, que eram como espadas sem fio e destinava-se a aplicação de sanções disciplinares. Num trecho de suas reminiscências Dionísio Cerqueira relata a execução de medidas disciplinares utilizado-se o recurso de pranchas à dois soldados brancos que haviam atacado um oficial aliado para rouba-lo, toda tropa foi reunida para assistir a aplicação da punição, conforme relata Cerqueira:

---

<sup>52</sup> In: SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania

*[...] As duas espadas reluziam ao mesmo tempo e caíram sobre os ombros largos daquele mancebo atlético. Em poucos instantes, aos golpes que se sucediam num ritmo fatal, a camisa voou em tiras avermelhadas e as costas brancas tingiram-se de sangue rubro, que esguichava. Cruzou as mãos e estrinchou de dor. Os corneteiros iam se substituindo aos pares e as espadas continuavam a cair surdas e pesadas, sobre a massa sanguinolenta das carnes maceradas. Contamos cinqüenta pranchadas. O castigo não parou! [...] Cada um daqueles milheiros de homens que presenciavam o lutuoso espetáculo sabia que ninguém podia com mais de cinqüenta pancadas de espada de prancha e que a lei estava sendo violada, mas não ousava dizer ao camarada, que lhe sentia o toque do cotovelo. [...] o médico conservava-se triste, cabisbaixo e mudo. Era estudante ainda e oferecera-se para a guerra, sem imaginar que a disciplina lhe reservasse aquele amargo transe[...]*<sup>53</sup>

Segundo John Keegan, os soldados são membros de uma sociedade militar, essa sociedade tem uma cultura própria aparentada, mas diferente da cultura mais ampla a que pertence, funcionando com um sistema de punições, mais peremptórias e recompensas, menos monetárias e, com frequência, puramente simbólicas ou emocionais -, mas profundamente satisfatório para seus participantes...<sup>54</sup>

Tomando como ponto de partida a perspectiva de Keegan, notamos que no cotidiano da guerra, assim como havia punições, também ocorria o reconhecimento por feitos de soldados independentemente de sua origem classe ou cor como podemos verificar em fontes e certidões de assentamentos assinadas por comandante que participaram do conflito:

*Segundo Sargento número cinco João Francisco de Souza, filho de Bartholomeo de Souza, natural da província do Maranhão, cidade de Caxias, nasceu em mil oitocentos e trinta e cinco, cabelos carapinhas, olhos pardos.[...] Sua Majestade imperial mandar louvar por haver tomado parte na gloriosa jornada de dezenove de fevereiro do mesmo ano e concorrido assim para que as Armas Imperiais se cobrissem de glória no assalto e tomada do reduto denominado Estabelecimento.*<sup>55</sup>

Outra certidão refere-se a um soldado negro, incorporado, em 25/05/1860, que esteve presente durante toda a campanha, sendo recompensado pelos seus feitos:

<sup>53</sup> Dionísio Cerqueira, Op. Cit. p. 92

<sup>54</sup> John Keegan, Uma História da Guerra, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 240.

<sup>55</sup> , Marco Antônio Cunha – A Chama da nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro : Bibliex, 2000, p. 88.

*[...] Por Decreto número... Sua majestade o Imperador concede-lhe uma medalha de zinco, antimônio pendente ao peito esquerdo[...]. Por decreto do Governo da Republica Oriental do Uruguay [...] foi condecorado com uma medalha de cobre pendente no peito direito...A quatro de setembro de mil oitocentos e setenta e dois recebeu O Diploma de Medalha Geral da campanha do Paraguay com passador de Cobre tendo este o numero cinco.<sup>56</sup>*

Este tipo de reconhecimento constitui-se em motivo de grande preocupação para Caxias, que dentro de sua perspectiva elitista e escravista, relutava em reconhecer valor nos segmentos estigmatizados da tropa. Em carta reservada endereçada ao ministro da guerra em 2 de dezembro de 1867, Caxias faz uma exposição de motivos para que não fossem concedidas, pelo Império, condecorações honoríficas às praças de pré, uma vez que isso tornar-se-ia em um motivo de indisciplina por parte desses, cita o caso de um soldado que desobedecerá a um alferes além de exibir para este a uma condecoração recebida por ato de bravura, obrigando o alferes a esbofeteá-lo a fim de que a disciplina fosse mantida. Mais à frente em sua exposição explana: “[...] muitas vezes se dá o caso de desenvolver no fogo, bravura indomável, temeridade mesmo o soldado que normalmente é relaxado[...] Não é raro o caso de achar-se ébrio o soldado na ocasião em que pratica atos do maior arrojo[...]”<sup>57</sup>. O mesmo solicitava ao ministro que ao invés de conferir-se honras à estas praças, seria mais interessante para a manutenção da disciplina a concessão de pensões, além da criação de uma medalha de ferro ou bronze que seria concedida não pelo Império, mais sim pelo general-em-chefe em campanha. O mesmo concluía a carta sugerindo que as praças condecoradas fossem licenciadas do serviço do exército, a bem da disciplina. Logo nota-se que para Caxias a manutenção da disciplina no interior do exército só seria possível a partir da conservação no interior do exército dos valores da sociedade escravista. Em abril de 1868 Caxias viu a sua proposta atendida, através da criação da medalha por ele sugerida. A pratica de castigos físicos á titulo de disciplinar as tropas eram constantes, tal qual as praticas na sociedade escravistas.

Em outra carta Caxias justificasse ao ministro pelo atraso dos pagamentos aos praças de pré, uma vez que esses incorporados ao exército faziam jus a salários, em carta confidencial datada de 12 de novembro de 1868:

<sup>56</sup> Marco Antônio Cunha, Op. Cit., p. 89.

<sup>57</sup> SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania

*[...] a respeito das praças de pret, atraso, que até três meses era minha opinião, que se mantivesse sempre para evitar os males, que a experiência demonstra que se dão sempre que o soldado é pago em dia[...] influenciando [...] no número de deserções[...] a Fazenda lucra com ele, pois revertem sempre aos cofres somas consideráveis do falecimento por moléstia, ou em combate de muitas praças do exército sem família [...] alias não sofrem privações por não estarem pagos em dia, por isso não lhe falta alimentação, nem vestuário e calçado.” Nota-se perfeitamente a visão de Caxias, não seria necessário pagar-se em dia os praças uma vez que esses já tinham tudo do que necessitavam, sendo o soldo visto como uma forma de recompensa logo prejudicial à disciplina da tropa.[...]”<sup>58</sup>*

Apesar da relutância dos Chefes militares em reconhecer o valor dos combatentes oriundos das classes tidas como marginais, esta ocorreu, principalmente pela jovem oficialidade oriunda da classe média que através do convívio diário num cotidiano caracterizado por agruras sem fim, puderam reconhecer o valor daqueles homens criando com eles um certo vínculo, próprio dos militares, a camaradagem e esta transformou a todos. Sendo que esse reconhecimento veio provocar mudanças naqueles que da guerra participaram, que por conseguinte, ocasionaram o aguçamento de tensões sociais que viriam potencializar as transformações sociais no pós-guerra. No relato de Dionísio Cerqueira, jovem culto e membro da elite, que se alistou como voluntário notamos como estes a num primeiro momento sentiu-se mal ao perceber que seus camaradas eram oriundos “das camadas mais baixas da sociedade”, passados dez meses como soldado à realizar penosas marchas e passar por situações de grande dificuldades ao lado de seus camaradas, pode verificar que esses e suas famílias que os acompanhavam, apesar de suas origens, possuíam atributos notáveis: “abnegação”, “estoicismo” “coragem” “generosidade”. Esse convívio fez com esse jovem da elite mudasse sua opinião sobre esses seus camaradas.

---

<sup>58</sup> In: SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer que tenha sido a motivação que levou estes homens a integrarem os batalhões que rumaram para o sul do país ou a forma de engajamento - voluntário ou recrutado -, estes tiveram o seu cotidiano alterado, deixaram seus afazeres e modos de vida para serem inseridos dentro de um novo contexto, de uma nova estrutura na qual estavam presentes representantes de todas camadas da sociedade com suas respectivas particularidades, partilhando do mesmo cotidiano, interagindo entre si e tendo, entre todos, suas vidas transformadas. Ao terminar a guerra do Paraguai o país não era mais o mesmo, havia mudado: o governo imperial e a classe dominante ao buscarem recursos humanos fora da estrutura social rígida e excludente do escravismo, fizeram com que uma nova instituição nacional com raízes em todos os grupos sociais existentes na estrutura social do Império, emergisse da guerra com amplo reconhecimento moral, contudo sem contar com espaço de participação, poder social e político condizentes com esse reconhecimento. E isso se deu como resultado do cotidiano da guerra, das adversidades, agruras, sofrimentos e momentos de júbilo, partilhados por todos aqueles que dela tomaram parte de forma direta ou indireta.

Escravos recém-libertos pela condição de soldados, moços da elite, brancos pobres, mestiços, mulheres e crianças partilharam um cotidiano marcado por adversidades. Cor, classe social e educação que antes eram barreiras intransponíveis, haviam sido ultrapassadas, ombro-a-ombro cerraram fileiras, sendo que essa vivência forçada e difícil acabou conscientizando a todos de sua realidade, e poucos anos depois a sociedade escravista imperial ruía fruto das experiências oriundas dos campos de batalha do Paraguai.

## FONTES

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.

TAUNAY, Alfredo d' Escragno. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960.

VERSEN, Max Von. **História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Itatiaia, 1976

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. **Episódios Militares**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1978.

Relatório do Presidente de Província do Rio Grande Norte do ano 1868.

## BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem / Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Marco Antônio. **A Chama da nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro : BIBLIEX, 2000

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Moderna, 1998

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia a Republica: Momentos Decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Damôcles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Coleção. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1981.

IZECKOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: 1997.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO DE ASSIS. Joaquim Maria, **Iaiá Garcia**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1999.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHULZ, John. **O exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850 – 1884.** São Paulo: EDUSP, 1994.

SCHULZ, John. “**O Exército e o Império**” in Holanda, S. B. (org.). *História geral da civilização brasileira.* Vol. 4, tomo II Militar, 1850 – 1884. São Paulo: EDUSP, 1994.

SOARES, Carlos Eugênio Libaneo. **A negra Instituição: Os Capoeiras no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, vol. 34, 1994.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D’África, o Príncipe do Povo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** Editora Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou Morte: Os Escravos Brasileiros na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: MAUAD/ADESA, 1996.

TORRES HOMEM, J. S. ANNAES DAS **Guerras do Brazil com os Estados do Prata e Paraguay.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.